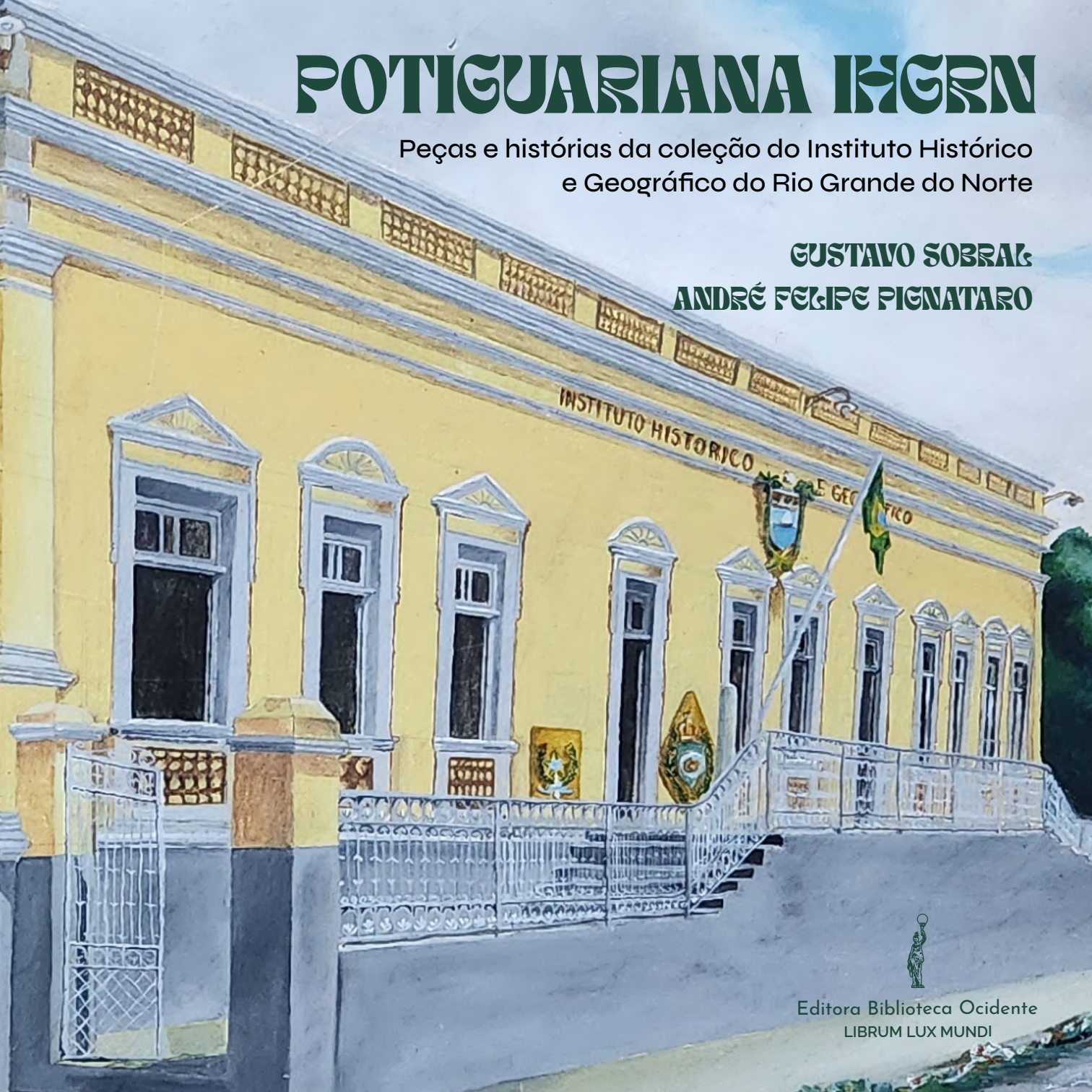


POTIGUARIANA IGERN

Peças e histórias da coleção do Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do Norte

GUSTAVO SOBRAL
ANDRÉ FELIPE PIGNATARO



Editora Biblioteca Ocidente
LIBRUM LUX MUNDI

Gustavo Sobral ▪ André Felipe Pignataro

POTIGUARIANA RGRN



Peças e histórias da coleção do Instituto
Histórico e Geográfico do Rio Grande do
Norte

Editora Biblioteca Ocidente
2025

Copyright © 2025 by Gustavo Sobral
Copyright © 2025 by André Felipe Pignataro

Direitos reservados a:

Editora Biblioteca Ocidente
Av. Parque das Lagoas, 195
Parnamirim, RN, CEP 59154-325

Título original em língua portuguesa: Potiguariana IHGRN:
peças e histórias da coleção do Instituto Histórico e
Geográfico do Rio Grande do Norte

Imagem da capa: Pintura do Instituto Histórico e
Geográfico do Rio Grande do Norte, de C. Amaral,
1966.

Capa e editoração: Gabriel Araújo.

Editor: Francisco Isaac Dantas de Oliveira.

Comitê editorial da Editora Biblioteca Ocidente: Adriano
Cruz (UFRN), Francisco Isaac D. de Oliveira (CERES/
UFRN), Joaquim Pinheiro de Araújo (UFERSA), Juliana
Bulhões Alberto Dantas (UERN), Maria Aparecida
Ramos da Silva (UFRN), Mariza Silva de Araújo
(IFESP) e Sheila Mendes Accioly (UFPB).

Imagem da folha de rosto: Detalhe do brasão do Rio
Grande do Norte em Fortaleza dos Reis Magos,
pintura de Neusa Guerra (IHGRN).

Para comprar o e-book, acesse www.revistagalo.com.br.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Ocidente, Parnamirim-RN, Brasil)

S677p

Sobral, Gustavo.

Potiguariana IHGRN: peças e histórias da coleção do Instituto Histórico e
Geográfico do Rio Grande do Norte. / Gustavo Sobral; André Felipe Pignataro. –
1. ed. – Parnamirim, RN : Editora Biblioteca Ocidente, 2025.

ISBN: 978-65-01-36256-4

1. História. 2. História — Rio Grande do Norte. 3. Geografia. 4. Brasil. I. Oliveira,
Francisco. II. Título.

CDD: 981

Índice para catálogo sistêmico

1. Museus, coleções, conservação	069
2. História do Rio Grande do Norte	981.8194

Bibliotecária: Adriana de L. Teixeira CRB 15/0550

Visite nossas redes sociais: @editorabocidente e @revistagalo no instagram, e; @revistagalo.com.br no bluesky.

POTIGUARIANA RGRN

Potiguariana

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a Casa da Memória, possui um vasto acervo bibliográfico, arquivístico e documental.

Foi no dia a dia da instituição, enquanto diretores, percorrendo as suas salas, acompanhando as visitas, e no laborioso e cuidadoso serviço de conduzir a organização de tudo isto, que surgiu a ideia de escrever sobre algumas peças do acervo que contam um pouco da história do Rio Grande do Norte.

Fomos à luta e, em meses e meses de pesquisa nas atas, pelos jornais antigos, em consultas a diversos especialistas e até outros museus, escavamos a história anônima por trás de cada peça que selecionamos, procurando saber mais. O que foi possível, reunimos e virou este livrinho para propagar um pouco do que é o que tem no Instituto.

Nesta empreitada, contamos com colaborações especiais. Honório de Medeiros escreveu sobre o bilhete de Lampião; Pedro Simões foi coautor do trabalho sobre o Barléu; e Igor Oliveira tratou da numismática na coleção do Instituto. Além

deles, fazemos aqui a reprodução do trabalho insuperável de Olavo de Medeiros sobre a tela que retrata a morte do Padre Bourel.

E resolvemos chamar este conjunto de Potiguariana, por remeter a elementos culturais, históricos e patrimoniais ligados ao Rio Grande do Norte e à identidade potiguar, que estão presentes no acervo do Instituto e que o Instituto escolheu como tal.

Este livro é, portanto, fruto de escolhas, uma ideia e um possível ponto de partida para encontrar o acervo da instituição. É uma conversa e não pretende ser, nem nunca será, definitiva. A nossa intenção não é outra que propagar e divulgar o Instituto e o seu patrimônio em textos livres para todos os públicos. E aqui está.

Sugestões para leitura

Trace seu próprio percurso de leitura. Faça como se estivesse visitando o acervo, então, é folhear o livro, encontrar o que interessa, ler uma coisa, pular para outra, voltar, encontrar os diversos tempos aqui presentes, os diversos tipos de material, a história de acontecimentos, de

pessoas. Enfim, encontrar a vida no passado que permanece na história que cada peça carrega. Tomar nota, sair do livro e ir pesquisar por aí, e não se contentar, e ir ao Instituto, e conferir cada coisa com os próprios olhos, e tomar este livro como um guia. Considere este material um guia de campo e um instrumento inicial para pesquisa se assim desejar.

Nosso Instituto

Fundado em 29 de março de 1902, por um grupo de intelectuais, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, IHGRN, Casa da Memória Potiguar, Instituto Histórico ou o Instituto, como nos referimos à instituição, é mantido e administrado pelos sócios.

Instituição privada que presta um serviço público, reconhecida de utilidade pública, abriga uma biblioteca, um arquivo e um museu, faz publicar uma revista desde 1903, e está sediada, desde 1938, na Rua da Conceição, 622, Cidade Alta, Natal.

Espelha-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, que teve em Dom Pedro II o seu maior patrono, e convive com seus congêneres.

Em 2019, ao publicarmos “Institutos Históricos e Geográficos do Brasil”, registramos 21 ativos e traçamos um retrato de cada um. Livro disponível de forma gratuita no site gustavosobral.com.br.

Independentes um dos outros, sem filiação ao IHGB, os institutos seguem os mesmos princípios de coletar e arquivar documentos históricos com a função de serem arquivos públicos para reunir documentos, manter uma biblioteca e formar um museu.

O nosso é o mais longo arquivo, museu e biblioteca do Rio Grande do Norte, formado e povoado por objetos diversos, livros históricos, documentos antigos, telas, bustos, fotografias e outras relíquias que chegaram pouco a pouco e por doações. Aqui, trazemos uma amostra deste acervo em texto e imagens, contando um pouco sobre algumas de suas peças.

Um retrato de Felipe Camarão

Consta no museu do Instituto um dos possíveis retratos do chamado “Índio” Poti. A doação, por sua vez, conforme as atas, foi no ano da fundação da insti-



tuição, 1902, constando como a primeira peça do museu. A autoria é desconhecida e foi uma doação do governador do Rio Grande do Norte, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1872–1944).

Interessante é reparar na composição deste Felipe Camarão do Instituto e até comparar com os demais. Poti está vestido à moda europeia, portando uma medalha religiosa, possivelmente, como consta nas narrativas sobre sua vida, representando Nossa Senhora, medalha que ele beijava antes das batalhas, invocando a proteção da santa.

Há outras representações por aí, diferentes, por artistas diversos e alguns anônimos. Há um no museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e outro numa tela de Victor Meirelles. Cada qual de um jeito e o do Instituto se parecendo muito com a figura presente no “Compêndio da História do Brasil” (1895) de José Inácio de Abreu e Lima. Mas não é só a retratação do indígena que é ponto diverso.

Há toda uma disputa antiga, perene e até então não pacificada sobre onde Felipe

Camarão nasceu. Ele é objeto de diversos trabalhos publicados nas revistas dos institutos históricos, que procuram registrar seu local de nascimento, o qual é disputado por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. As datas supostas para seu nascimento são 1580 ou 1601, sendo mais plausível esta última.

Poucos são os documentos da época que permitem atestar, com precisão, dados e fatos da sua vida. Era Poti, porque “comedor de camarão”, da aldeia dos indígenas potiguaras que se espalhavam pelo litoral brasileiro.

Um dos primeiros estudos biográficos sobre ele aparece na revista do IIHGB, em 1867, que buscava, em projeto de construir a história nacional, a escolha dos seus heróis. Dentre eles, os bravos guerreiros indígenas que lutaram a favor dos portugueses contra os invasores do Brasil colonial, nos séculos XVI e XVIII. É Francisco Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, autor da aclamada “História Geral do Brasil”, quem escreve sobre ele.

O que se pode dizer em um registro essencial é que Poti, Dom Antonio Fe-

lipe Camarão, ou apenas Felipe Camarão (1601?-1648), foi batizado pelos jesuítas em 1612, na aldeia de seu pai Camarão Grande, e escolheu Antonio, o santo do dia; Felipe, em homenagem ao rei de Espanha e Portugal, Felipe IV; e Camarão, a tradução do seu nome indígena: Poti.

Batizado junto ao pai e aos irmãos, casou no dia seguinte com Clara Camarão. Combateu os holandeses na Bahia e ajudou Jerônimo de Albuquerque a conquistar o Maranhão. O rei das coroas de Espanha e Portugal lhe concedeu o Hábito da Ordem de Cristo, 40 mil réis de renda, patente de capitão-mor e brasão de armas por carta régia de 14 de maio de 1633. Afirmou ter 46 anos em 1647. Adoeceu e morreu no Recife, em consequência de ferimentos de batalha, no ano de 1648.

Os 1^{os} retratos do Rio Grande no Norte

Os holandeses ocuparam o Rio Grande entre 1633 e 1654, no período considerado domínio holandês. Um capítulo desta história é a visita do governante holandês Maurício de Nassau à Fortaleza dos Reis Magos, em Natal.





Conta o historiador Câmara Cascudo que Nassau veio para curar-se de umas febres. Passou poucos dias e aproveitou para inspecionar a fortaleza. Recebeu a visita dos superiores indígenas aliados, que lhe trouxeram presentes, armas e vestimentas de pena.

João Maurício de Nassau (1604–1667) foi o chefe militar contratado pela Companhia das Índias Ocidentais para administrar as províncias brasileiras sob a dominação holandesa. Tinha permissão para tratar da guerra, celebrar a paz, desenvolver o comércio e salvaguardar a religião.

Ficou sete anos. Na sua comitiva, trouxe além dos pintores Frans Post e Albert Eckhout, os cientistas Piso e George Marcgraf. Esta comitiva produziu mapas, livros e imagens diversas do que se resolveu chamar de Brasil holandês, dentre eles, o retrato da Fortaleza dos Reis Magos por Frans Post.

O conde, que fez belezas por Recife, ficou decepcionado com o que viu por aqui: Natal era uma cidade a meia légua da fortaleza e muito decaída. Escreveu isso em 1638. E foi graças a ele que o dese-

nhista e pintor Frans Post veio a Natal e traçou o primeiro retrato da fortaleza.

Frans Post (1612–1680) foi o primeiro pintor da paisagem brasileira e das Américas. Tinha 24 anos de idade quando chegou ao Brasil, na tal comitiva de Maurício de Nassau, em 1637.

O retrato da Fortaleza dos Reis Magos por Post é considerado o primeiro conhecido, sabido e propagado retrato do Rio Grande do Norte. Intitulado “Kusteel Keulen, Rio Grande, 1638”, é uma pintura em óleo sobre tela, 62×95 cm, de 1638, e está, hoje, no Museu do Louvre, em Paris, França.

Uma réplica, por Neusa Guerra, integra o acervo do Instituto e foi também reproduzida na capa da edição nº 97 da Revista IHGRN. A própria autora doou, em 1942, a tela por ela pintada. Nela, diferente do original, consta o brasão holandês e há a presença de indígenas e holandeses no primeiro plano.

O retrato de Post, no entanto, não é o único. Há um outro, de autoria de um pintor belga, Gillis Peeters. Há suspeitas de que Gillis, ou um irmão, também pintor, aqui esteve, como Post, à serviço de

Nassau. Informação até hoje não confirmada.

Gillis Peeters nasceu e morreu jovem na Antuérpia (1612–1653), era pintor, de uma família de artistas, e sua produção foi tímida. Restam, hoje, poucas obras suas em paradeiros identificados.

Uma obra de autoria de Gillis Peeters, em óleo sobre tela, de 89,5×130,5 cm, datada entre 1637 a 1650, designada “Soi disant Forte dos Reis Magos”, que se encontra mais perto do que imaginamos, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, e que bem poderia estar no museu do Instituto, nem que fosse uma réplica.

O que se sabe é que representações do Brasil holandês começaram a aparecer com a sua assinatura e a assinatura do irmão, o também pintor, Bonaventura Peeters (1614–1652). Dentre elas, a que consideramos a segunda primeira imagem do Rio Grande do Norte.

Neusa Guerra e o retrato da Fortaleza dos Reis Magos

A imagem inspirada no original de Frans Post é de autoria de Neusa Guerra, sem

data. A própria autora fez a doação em 1942. Importa destacar que o jornal A Ordem, em circulação em Natal, registrou também a iniciativa de Neusa Guerra de fazer a doação de uma pintura para a Legião Brasileira de Assistência, a LBA. Coincidentemente, no mesmo ano que fez a doação ao Instituto.

O Instituto agradeceu e registrou: “o presidente comunicou à casa que recebera da parte de Madame Barôncio Guerra, que é a exímia artista patricia, d. Neusa Guerra, gentil oferta de um quadro a óleo, calcado sobre motivo de Barleus, representando o ‘Forte dos Reis Magos’, ao tempo da invasão holandesa, em 1633. Declarou, então, inaugurado o belo presente e agradeceu, em nome do Instituto, que se honrava sobremaneira”.

Neusa Brito Gluck era filha do capitão de corveta João Frederico Gluck e de Rosa Candida da Silva Brito. Em 1914, casou no Rio de Janeiro com Barôncio Guerra, tornando-se Neusa Guerra. Tiveram quatro filhos: Yaporan Caramuru, Yaponira, Yapery Tupiassu e Yaperina. O casal e os filhos aparecem numa fotografia tirada por Mário de Andrade, na Redinha, junto a





Câmara Cascudo, no ano de 1928, quando da visita de Mário de Andrade a Natal.

Tendo desfrutado da boa hospitalidade do casal, Mário não deixou de registrar: “Tirei um corte ventado na sombra dum terraço, melhor que receber carta. A fome nos acordou ali pelas 12 e meia pro almoço. Vatapá, cavala em molho de coco; doces de comer pouco deliciosos, duma insistência açucarada prodigiosamente hospitaleira; melão nordestino, uma dessas coisas que fariam a Europa de Eduardo das Neves se curvar mais uma feita”.

A morte do marido, em 1944, a levou ao Rio de Janeiro, onde vivia sua filha Yaponira, médica e, vale salientar, primeira potiguar formada em medicina. Em 1946, um anúncio de Neusa Guerra é publicado no Jornal do Brasil: “Neusa Guerra ensina pintura do natural e arte decorativa, cozinha artística e alta confeitaria, em Grajaú, horário a combinar, ensina em casa particular mediante ajuste prévio”.

O Barléu do Instituto

Em coautoria com Pedro Simões

A biblioteca do Instituto guarda uma obra das mais raras e importantes sobre o Bra-

MANRITIVS

IN ASSALVIA

RE

C. O. M. E.



CASPARIS BARELII.
RERVM PER OCTENNIVM

IN
BRASILIA
GESTARVM.

Sub Præfectura Illustrissimi COMITIS

IOANNIS MAVRITII,
NASSAVIÆ, &c. COMITIS,

Nuper terra marique ibidem Imperatoris, nunc Equitum
Federati Belgii, sub PRINCIPLE AURIACO, ductoris,
& VESALIÆ Gubernatoris,

HISTORIA.



EX quo hostis esse cœpit Hispanus & Federatis Belgico-Germaniæ Patribus fuit in Philippos; varia fortuna, te mari, domi forisque, non uno Ducis libertatis spem & servitutis discrimine ter & diu pugnatum fuit. Causa

sil. Trata-se da primeira edição do Barléu, em latim, publicada pelo editor holandês Ioannes Blaev, datada de 1647, e doada ao Instituto pelo engenheiro civil Antônio Pereira Simões, em 6 de novembro de 1902, data de sua posse como sócio da instituição.

O Barléu registra as atividades do governo de Maurício de Nassau (1639–1644) pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil e alhures. Um rastro e uma herança da presença holandesa no Brasil, que não se apaga e que restou registrada no livro, cuja primeira edição é parte do acervo do Instituto.

A história do Barléu é também uma história de sucessivas edições, inclusive, traduzida para outros idiomas. A segunda edição em latim aparece em 1660 — ampliada com tratados sobre o ar, água, locais, junco, mel silvestre e mandioca brasileira pelo médico Gulielmi Pisonis, trabalho da ex Officina Tobiae Silberlin.

Em alemão, a primeira edição é de 1652 (cujo único exemplar resta na biblioteca da Universidade de Augsburg), e a segunda de 1959. Em Holandês, sai em 1923;

e em português nos anos de 1940, 1960, 1966, 1974, 1980, 2005 e 2018. Em inglês, 2011. Além da editora Forgotten Books lançar, em 2018, um fac-símile das versões em latim (1660) e alemão (1959).

Registrado, no nosso Instituto, na época de sua doação, como “Guerra Hollandeza”, o trabalho tem título extenso: “História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Outras Partes Sob o Governo do Ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc., Ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange”. E por tão extenso, levou os leitores, o tempo e a história, a simplesmente chamar pelo nome do autor, o “Barléu”.

Gaspar Barléu (1584–1648) — Casparis Barlaei, em latim; ou, Kaspar Van Baarle em holandês — além de médico e professor de filosofia da então Escola de Amsterdã, era um escritor respeitado, autor de uma vasta e diversificada obra que incluía poesia e tratados de física, medicina, literatura, teologia, sociologia e filosofia, etc., reunindo mais de 150 obras entre livros, discursos, teses, artigos e poesias.

Barléu começou a escrever o Barléu em 1645, e, durante os dois anos que dedicou à empreitada, adoeceu. Seu estado mental ficou tão precário que chegou ao ponto de se considerar feito de barro, e, por isso, recusava qualquer contato físico. Temia que, se esbarrassem nele, ele poderia se partir em mil cacos. Teve triste fim. Foi encontrado morto em 1648, no poço do jardim de sua casa. Acredita-se que cometeu suicídio, mas há versões de que foi assassinado.

O Pelourinho

O museu do Instituto guarda algumas peças que marcam, para que não se esqueça, o nefasto período da escravidão no Rio Grande do Norte. Período longo e degradante da história do Brasil.

Os primeiros escravizados africanos no Rio G. do Norte vieram de Pernambuco para trabalho forçado nos engenhos de açúcar e servir na pecuária e lavouras de algodão pelo sertão. Na segunda metade do século XIX, foram também trazidos do Maranhão, desembarcados nos portos de Areia Branca e Macau, para trabalhos forçados nas salinas do litoral norte.

Na varanda do Instituto, o pelourinho da cidade do Natal é um dos marcos da violência da escravidão. Coluna de pedra do tempo do Brasil Colônia era utilizada para punição. Também chamada picota, servia a outros usos. Editais e proclamações oficiais eram afixados para serem lidos, entre açoites de condenados, enforcamentos e exposição de cabeças de executados.

O pelourinho chegava a quatro metros, e, nele havia argolas para aplicação de maus tratos e ganchos para pendurar as cabeças degoladas. Fixado no largo da Casa da Câmara e Cadeia, em Natal, há notícias de sua existência em 1696 e de reparos em 1732. Cascudo colheu e anotou que no seu alto havia um globo de argamassa com as armas reais de Portugal.

Na segunda metade do século XIX, foi retirado e passou a servir de banco de sentar para os soldados da Cadeia Pública, até passar ao Instituto, em 1904, e ser remetido à Praça André de Albuquerque, nos anos 1940. Definitivamente, passou ao Instituto em 1963, por doação do Município de Natal, e, até hoje, está exposto ao lado da porta de entrada da instituição.



O pelourinho era apenas um dos tantos utensílios, não só para prender e subjugar o escravizado, mas, também, para puni-lo e humilhá-lo. Ferreiros fabricavam correntes e outros instrumentos para subjugação e maus tratos. O chicote era o instrumento básico de opressão. Correntes, gargalheiras e gotilhas eram postas no pescoço; algemas, machos, vi-ramundo e peias, nos pés e mãos.

Além desses, havia a máscara de Flandres e os anéis de ferro, chamados anjinhos, para comprimir os polegares; o tronco e os chicotes, para as surras e açoites; e, para os demais castigos, palmatórias. Ferros quentes marcavam um F nos escravos chamados fujões. Os pulsos prendiam-se com algemas, e os tornozelos com a peia. No Instituto, há algumas destas peças que registram tempos inglórios da violência da escravidão.

A morte do Padre Filipe Bourel

Olavo de Medeiros Filho, Tribuna do Norte, 24 de outubro de 1993

A chamada Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gentio Tapuia, ocorrida nas qua-

tro décadas que medeiam os anos de 1683 e 1725, foi um dos episódios mais dramáticos da História da antiga Capitania do Rio Grande. Concedidas as primeiras datas e sesmarias no interior da Capitania, com a finalidade de se expandir a criação dos Tapuias contra a presença dos curraleiros no sertão por eles habitado.

À medida que os indígenas iam sendo vencidos pelo Terço dos Paulistas, eram eles coagidos a se aldearem nas missões religiosas, como foi o caso dos Tapuias Paiaacus, do grupo étnico-cultural Tarairiú, aldeados à beira da Lagoa do Podi, ou Apodi.

No dia 10 de janeiro de 1700, uma terça-feira, o padre jesuíta Filipe Bourel, alemão de Agripí, fundou a Missão de São João Batista da Lagoa do Apodi, no local que passou a receber a denominação de Córrego da Missão.

O Padre Filipe Bourel viera do Colégio da Companhia de Jesus, na Bahia, na qualidade de missionário apostólico. A respeito do alemão, dedicou o escritor Dom Domingos de Loreto Couto, autor do livro “Desagravos do Brasil e Glórias de

Pernambuco”, impresso no ano de 1757, os mais louváveis elogios.¹

Segundo aquele escritor, o Pe. Filipe Bourel teria ressuscitado uma criança indígena, já sepultada, batizando-a em seguida. Entregue a criança à sua mãe, a mesma vivido mais alguns dias... Naquele ano de 1757, ainda existia na Capela do Apodi, um quadro retratando o episódio milagroso.

O padre jesuíta Serafim Leite, autor da “História da Companhia de Jesus no Brasil”, nos fornece variadas informações sobre a presença do Pe. Filipe Bourel naquela Missão do Apodi.²

No ano de 1709, a Aldeia dos Paiacus da Lagoa do Apodi foi atacada pelos indígenas Janduins, que apesar de pertencerem ao mesmo grupo Tarairiú, eram ferrenhos inimigos daqueles Paiacus. No ataque desferido pelos referidos Janduins, contra os 600 Paiacus aldeados no Apodi, aprisionaram os atacantes 80 indivíduos

e mataram 70, tendo também tombado o Pe. Filipe Bourel. Por ocasião de sua morte, o missionário alemão contava 50 anos de vida, 16 dos quais dedicados à missão apostólica em terras brasileiras.

Graças a informação que nos foi apresentada por Eudes Galvão, recentemente falecido em Buenos Aires, tomamos conhecimento da existência do quadro “Morte do Padre Filipe Bourel”, pertencente ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes (Av. Rio Branco, 199 — Rio de Janeiro-RJ). Com a ajuda prestada por Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão, conseguimos uma cópia da referida tela, de 74x62 cm, a qual será oportunamente doada ao nosso Instituto.

O quadro “Morte do Padre Filipe Bourel”, de autor desconhecido da Escola Portuguesa do Século XVIII, é a primeira tela da mencionada Escola que registra uma paisagem do Brasil. Até então a arte profana e o registro de paisagens das colônias portuguesas, como o Brasil, eram objeto de proibição pela Escola!

A referida tela foi adquirida em Londres, em 1964, pelo nosso Embaixador Afrânio

¹ LORETO COUTO, Dom Domingos de. Deságravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, p. 351–351.

² LEITE, Pe. Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, vol. V. p. 539–549.



de Mello Franco, e posteriormente doado pela Embaixatriz Germina de Mello Franco, em atenção ao desejo expresso de seu marido, àquele Museu Nacional de Belas Artes.

No centro do quadro aparece uma rústica cabana, coberta de buriti, em cujo interior repousa o corpo agonizante do Pe. Filipe Bourel, deitado sobre um leito de palha. Dois portugueses assistem-lhe os últimos minutos de vida. Em volta do sacerdote, indígenas choram-lhe a morte iminente.

O autor do quadro incluiu algumas cenas do dia a dia da Aldeia: bovinos pastando; um Paiacu pescando com um anzol em uma canoa; uma criança a retirar água da lagoa com um cabaço. Imponentes árvores e algumas palmáceas (catolés?) retratam a vegetação nativa. Aparecem também rústicas cabanas, utilizadas pelos indígenas empenhados em suas atividades campestres. Veem-se também duas redes armadas entre palmeiras, a uma considerável altura do chão. Belas araras cortam os céus apodienses. Nas águas plácidas da lagoa vê-se uma embarcação de porte, talvez criada pela imaginação do pintor...

À margem da lagoa veem-se dois castelos, tipicamente germânicos, de avantajadas proporções “construídos” em plagas apodienses, frutos da imaginação do pintor. Talvez os ditos castelos existissem, na realidade, em Agripi, na Alemanha...

Dominando o fundo da paisagem umas serras azuladas, desta feita dentro da realidade ecológica da região do Apodi...

No recanto interior direito da tela, figura uma legenda em latim, m tanto estropiada em sua pureza linguística. Apelado para os conhecimentos dos professores José Melquiades de Macedo e Wadson Pinheiro, conseguidos reconstruir, a contento, o referido texto: P. PHILIPPUS BOUREL, AGRIPPI ANNIS XVI MISSIONARIUS IN BRASILIA OLIM MINISTER IN COLLEGIO S. J. BAHIA ADJACETIS MARE BRASILIORUM MORITUR PRAESSENTIBUS LUSITANIS OMNIBUS OPERIBUS SACERDOTUM DESTITUTIS IN MISSIONE PROPELACUS PODINAE NON LONGE DESITU OLINDAE FLUVIUS PARAIBA CALLA LEMBUS BRASILIORUM.

Em português, temos a seguinte tradução: PADRE FILIPE BOUREL, DE AGRIPPI,

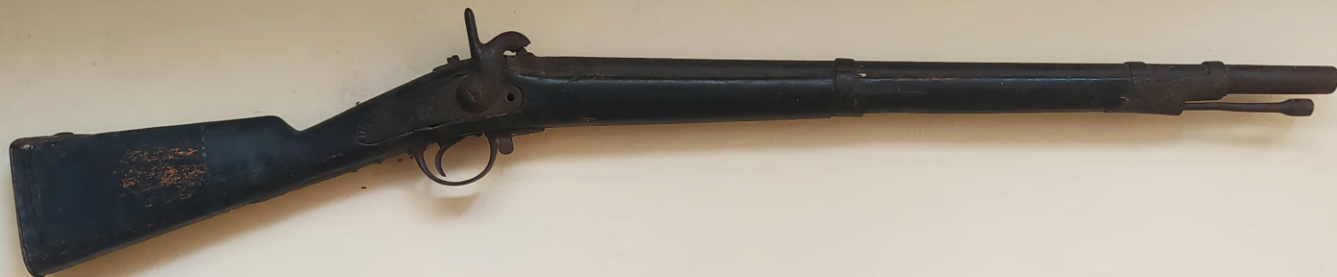
POR 16 ANOS MISSIONARIO NO BRASIL; POR ALGUM TEMPO COM MINISTÉRIO NO COLEGIO DA COMPANHIA DE JESUS, NA BAHIA, QUE ESTÁ JUNTO AO MAR DOS BRASILEIROS MORRE NA PRESENÇA DOS PORTUGUESES, TENDO DESEMPENHADO TODAS AS FUNÇÕES DOS SACERDOTES NA MISSÃO, JUNTO AO LAGO DO APODI, NÃO LONGE DA LOCALIDADE DE OLINDA, ONDE ESTÁ O RIO PARAÍBA, O SEU LEITO REDUTO AOS BARCOS DOS BRASILEIROS.

A informação de que a Missão do Apodi ficava “não longe da localidade de Olinda, onde está o Rio Paraíba”, foge por completo à realidade geográfica, mas é um lapso perfeitamente desculpável.

Simplicio e o Meio Berro do Instituto

Simplicio era o homem de confiança do afamado e tido por briguento brigadeiro Dendé Arcoverde, senhor de Cunhaú, o último. Homem de posses e valentias, o brigadeiro por certa sabedoria não prescindia da escolta e guarda de quem lhe conferisse a confiança cega que se deve ter e os olhos abertos para tudo.

André d’Albuquerque Maranhão Arcoverde (1797–1859), o Dendé, nasceu no engenho Cunhaú, Canguaretama, e foi mandado estudar na Europa, precisamente não se sabe onde e quando, e brigadeiro era apelido. Já Simplicio (1796–1896) era o cabra de confiança do briga-



deiro, mais conhecido por negro Simplício, e muito mais que conhecido pelo seu codinome que era Cobra Verde. A valentia já estava no apelido. Era o melhor atirador das redondezas, daqueles cuja fama era nunca ter errado um tiro sequer. Mas não existia Simplício sem a sua arma, que fora batizada de Meio Berro, e hoje está no Instituto.

E se não há registros dos silêncios que causou, há a história bem contada, pelo historiador Câmara Cascudo, de como o Meio Berro chegou ao Instituto. E assim se explica Cascudo: um bastardo de Dendé, Afonso Arcoverde, presenteou a arma ao coronel Felipe Ferreira de Mangabeira e este me ofereceu e dei ao Instituto.

Identificado como uma carabina Minié, a arma especial recebeu o nome de Meio Berro pela simples razão da rapidez do seu gatilho. Era meio berro, porque matava uma novilha antes do animal acabar o berro iniciado. Uma ligeireza, haja visto.

O primeiro jornal da Província

O cidadão natalense andava a pé, subindo morros, escorregando no chão de

areia. Natal era dois bairros, Ribeira e Cidade Alta, separados por apenas um caminho de subir, e, assim, vinha num atraso que o tempo passava e nada mudava. O viajante inglês Henry Koster havia dito, quando visitou a cidade em 1810: “se lugares como esse são chamados de cidade, como seriam chamadas as vilas e aldeias?”.

Jornal só foi aparecer em 1832, O Natalense, e seria o primeiro. O fundador: padre Francisco de Brito Guerra. Exemplares em um volume encadernado são parte do acervo do Instituto. Não se sabe quando saiu o primeiro número. Impresso em tipografias de outras províncias, chegava atrasado aos leitores e, por isso, padre Brito Guerra une-se a outros para resolver a questão.

Junto a Basílio Quaresma Torreão, José Fernandes Carrilho e Urbano Gondim, padre Brito Guerra fundou uma sociedade anônima para aquisição de uma tipografia e contratação de um tipógrafo. O prelo foi adquirido no Recife — provavelmente, um dos dois modelos que circulavam no Brasil naquele tempo, o inglês Stanphone e o norte-americano Columbian.

O NATALENSE.

JORNAL POLITICO, MORAL, LITTERARIO, E COMMERCIAL.

Admonere voluimus, non mordere: prodere, non laedere; censurare moribus hominum, non offidere.
ERASM.

Quizemos admoestar, não affligir, aproveitar, não offender; viziar os costumes dos homens, não prejudica-los.

Subscreeve-se na Typ., no Assô em casa do Socio e Accionista Luiz da Fouceca Silva, em Cotatinha em casa de Luiz José Gomes Morinho; a 6\$000 réis por anno, 3\$200 por semestra 2\$ rs por quartel, e vendem-se Números avulsos a 80 rs. na Loja de Lucas Alvares, na rua da Conceição

RIO GRANDE DO NORTE NA TYP. NATALENSE.



MEMORIA.

QUE AOS AUGUSTOS, E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO

OFFERECEM

Os Habitantes da Provincia do Rio Grande do Norte.

A Vós Senhores, que velaes no bem estar de vossos Concedadãos; á Vós, de quem dependem os destinos do Imperio Brasileiro; hu'a fracção d'esse mesmo Imperio, os habitantes da Provincia do Rio Grande do Norte, se dirigem, reclamando seus direitos, e a justiça de que se julgão credores. E com quanto os Rio-Grandenses se considerem bem representados com a acertada escolha que fizeram na Pessoa do seu mui Digno Deputado, todavia seus esforços serão baldados si o não accodides com a Vossa coadijuvação neste objecto do qual depende a vida moral da Provincia que Vós invoca.

AUGUSTOS, E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO.

Esta Provincia, sinão a mais rica, pelo menos que pode rivalizar com as mais abastadas do Brazil, por ter dentro em si mesmo os recursos q' lhe prodigaliza a Natureza; esta Provincia que para a Divida Publica tem contribuido, quicá com mor contingente (1)

do que nem huma outra do Imperio; achase continuamente atazada, enfraquecida; e colocada apar das mais indigentes do Imperio não pode jamais levantar a cabeça no Magestoso circulo de suas Companheiras; vendo-se reduzida a mendigar fora, o que de seu seio exporta, e por direito lhe pertence: e pesto que suas Despezas sejam sem pre orçadas com huma economia que ja degenera em miseria, jamais sua Receita pode cobrir as precisões, ainda as mais indispensaveis. Os Edificios Publicos deteriorados; as Igrejas, pela força do tempo, arruinadas; a Fortaleza da Barra, unica fortificação, que na Provincia existe, desfazendo-se em ruínas; a Presidencia, a Alfandega, o Correio e o Conselle Geral obrigados a servirem-se de cazas d'alluguel; a Fonte Publica da Maratada, as Pontes abatidas, as Estradas impraticaveis; enfim a Tropia vergonhosamente despida; e huma Divida Passiva militar no maior atrazo, e sem obter-se meios de se fazer calar hu'a infinidade de credores pela mor parte, ex-soldados indigentes, cuja juventude foi toda consumida no serviço da Patria! eis o estado prezente da Provincia, q' vos Gta! E d'onde provem tanta indéz, e miseria? Os Dizimos das produções agriculas pagas nas Provincias Lami trofies; eis a

(1) Desde 1826 até hoje tem-se exportado 34:481 quintaes de Pau Brasil da Provincia do Rio Grande do Norte,

cauza dos males que nos peção, e do vazio em que continuamente se acha o Cofre da Provincia.

Nem se diga que todos os obstaculos se removem, estabelecida hu'a arrecadação exacta nas Provincias vizinhas, e fazendo, sobre os conductores, encarregados da fiscalisação dos generos exportados, cahir o pezo da responsabilidade, no caso de má fé, ou negligencia. Mera theoria, em cuja pratica apparecem aveços resultados.

Notai bem Senhores de hu' lado a indifferença dos Agricultores em não procurarem as Guias na occasião que transportão da Provincia os generos de producção; a inexactidão dos Juizes de Paz em não assignarem as mesma Guias, compelindo os conductores d'ellas se proverem; a ociosidade de convidar-se os Agricultores á transportarem suas mercadorias á Capital, onde não achão, nem meios de as despachar para fora do Imperio, e nem mercado que os interesse; do outro lado a inexacta arrecadação nos lugares onde os generos se despaixão, proveniente, ja dos conductores, e ja dos arrecadadores; as contas dadas segundo o capricho dos Funcionarios; o nem hu' interesse, ou mesmo a ma vontade de se fazerem as remessas, dos ditheiros arrecadados, d'aquellas para esta Provincia; finalmente o grande risco em se expor a Fazenda Publica ou á furia dos ventos, e das ondas, ou aos insultos dos salteadores; (2) tudo conduz á imperfeições, impossibilidades, e mor prejuizo da Provincia. só hu' novo systema d'arrecadação, isto he, só huma Lei peculiar poderá por termo á tantos males.

Foi debruço destas vistas, que o Conselho Presidencial, solícito em promover a prosperidade desta Provincia, em sua Sessão Ordinaria de 14 de Maio de 1854 Organizou os oito Artigos abaixo transcriptos; os quaes os Rio grandenses do Norte Offerecem á vossa Sabedoria. Recebeis pois Augustos, e Dig

(2) Dos trez Portos onde s'arrecadão os direitos d'exportação dos generos desta Provincia; isto e de Pernambuco, Parahyba, e Aracaty, só na primeira toção os Paquetes, e neste ultimo até he perigosa a entrada d'Embarcações,

nissimos Senhores Representantes da Nação e ponde o ultimo remate no Edificio Moral da Felicidade desta Provincia, cujos habitantes Vos saudao, implorando a vossa filantropia.

*Copia da Acta da Sessão do
Conselho Presidencial da
Provincia do Rio Grande
do Norte de 14
de Maio de 1854.*

ACHANDO-se presentes os Senrs. Conselheiros, com o Ex.^{ma} Sr. Presidente da Provincia o Aberto a Sessão lida e aprovada a Acta da antecedente. -- Entrando em discussão o Parecer da Comissão sobre o melhor methodo de arrecadação do Dizimo do Algodão, Assucar, e outros Generos da producção desta Provincia, transportados para as limítrofes, que ficara addido da Sessão de 10 do corrente: resolveu o Conselho

Art. 1.º O Dizimo dos Generos de Agricultura, de qualquer denominação que seja, será arrecadado por Collectores nomeados ad hoc pela Thesouraria da fazenda, nos lugares que julgar conveniente, os quaes perceberão quinze por cento, sendo dez para si, e cinco para os seus Escrivães.

Art. 2.º O Dizimo do Algodão em pluma será cobrado na mesma especie, e pelo mesmo preço, por que for vendido nas Provincias limítrofes, á vista do bilhete de venda que o dono apresentar ao Collector, rubricado pelo Administrador da Alca de Diversasencias da Provincia em que for vendido.

Art. 3.º Ninguém poderá conduzir Algodão em pluma para fora da Provincia, sem que leve guia do respectivo Collector, na qual se declare o numero de Saccas, a marca, o nome, e a morada do dono, para com elle se verificar nas Estações publicas, á que Provincia pertence; além disto o Collector extorará fiança idonea á quantia do Dizimo.

Art. 4.º Para evitar qualquer fraude, o Collector exigirá estritamente dos donos de Prengas dos seus respectivos Districtos, o annuncio de Saccas que n'ellas se emprehensarem, e os nomes das pessoas a quem pertencerem, para serem estas executadas perante os Juizes

A Tipografia Natalense foi oficialmente instalada em 2 de setembro de 1832, na Rua do Meio, Cidade Alta, e ali permaneceu até 1833, quando mudou para a Rua Grande, no mesmo bairro. Em 1835, a oficina estava na Rua da Alfândega, bairro da Ribeira, e, depois, nova mudança para a Rua Grande, na Cidade Alta.

O Natalense, que se autodenominava político, moral, literário e comercial, trazia como epígrafe a seguinte citação em latim atribuída a Erasmo: “Admonere volumus, non mordere; prodesse, non laedere; consulere moribus hominum, non offencere” que se pode traduzir por “Quisemos admoestar, não afligir; aproveitar, não ofender; vigiar os costumes dos homens, não prejudicá-los”.

O próprio jornal informava aos leitores os locais da província onde poderia ser adquirido: em Assu, Goianinha e em Natal, na Rua da Conceição, Cidade Alta. Circulava aos sábados e, assim, parece que foi até o último número.

O preço do exemplar era 80 réis; a assinatura quadrimestral saía por 2\$000; a semestral, 3\$200; e a anual, 6\$000. Nem

mais caro, nem mais barato que os outros. Era o preço. Deixou de circular em 1837, mas a tipografia continuou a imprimir outros periódicos até ser finalmente fechada em 1842.

Nísia Floresta e sua efígie

Dionísia Gonçalves Pinto, a Nísia Floresta, nasceu no Sítio Floresta, arredores de Papari, Rio Grande do Norte, em 1810, e foi escritora e educadora. Quem explica cada um dos nomes é o historiador Câmara Cascudo: Nísia é final de Dionísia; Floresta, vem do sítio onde nasceu; Brasileira é da sua nação; e Augusta do seu saudoso e amantíssimo marido Manuel Augusto de Faria Rocha. O segundo, pois, primeiro, foi casada com o pernambucano Manuel Alexandre Seabra de Melo.

Nísia andou por Recife, Porto Alegre, onde ficou viúva, e Rio de Janeiro, onde educava as moças no Colégio Augusto. Em 1849, fez a primeira viagem à Europa. Lá, conviveu com Auguste Comte e Alexandre Herculano, entre outras figuras do seu tempo. Esteve na Alemanha, Itália, Grécia e França. Escreveu e publicou li-



vros em francês e italiano, vindo a morrer em Rouen, na França, em 1885, quando já era célebre. Hoje, o município onde nasceu, chama-se Nísia Floresta em sua homenagem. Lá repousam os seus restos mortais.

A efígie de Nísia Floresta no acervo do Instituto é desenho de Corbiniano da Silva Villaça (1873–1967) e obra do escultor francês Edmond Badoche. A peça pertencia a um monumento na Praça Augusto Severo em homenagem à escritora. Quem conta é Lauro Pinto (1905–1985) em “Natal que eu vi” (1971): “a efígie em bronze da consagrada escritora Nísia Floresta foi colocada em uma alameda do logradouro que foi o majestoso jardim da Praça Augusto Severo, no dia 19 de março de 1911. A efígie era cravada em uma linda coluna de granito”.

Segundo o memorialista, foi posteriormente removido e ninguém soube mais até que foi parar no acervo do Instituto, onde hoje se encontra para quem quiser ver.

Corbiniano Villaça é também o autor do desenho do brasão de armas do Rio Grande do Norte, e destacou-se como um

dos aclamados barítonos do seu tempo. Morou em Paris, França, onde aperfeiçoou seu talento e frequentemente andava em turnês pelo Brasil, em óperas nos melhores teatros, incluindo o Carlos Gomes (atual Alberto Maranhão).

Ele logo caiu nas graças do governador Alberto Maranhão (1872–1944), sendo convidado para reuniões e jantares do governo do Estado. Alberto Maranhão encomendou a Villaça, além do brasão de armas estadual e da efígie de Nísia Floresta, a estátua de Augusto Severo e o busto de Pedro Velho. O executor de todas essas obras foi Edmond Badoche.

A primeira história do Rio Grande do Norte

“Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte” de Manoel Ferreira Nobre (1824?–1897) é considerada a primeira tentativa de escrita de uma história local. Publicada em 1877, ganhou uma segunda edição pela Pongetti em 1971, e por obra do Instituto, com prefácio e notas de Manoel Rodrigues de Melo.

A primeira edição foi pela Tipografia Espírito-santense de Vitória, na então provín-

cia do Espírito Santo. Segundo Câmara Cascudo, em comentário à obra, foi impresso às custas do próprio autor e vendido a dois mil réis. O tempo passou e os exemplares sumiram. Parece que uma das únicas edições do original, certa e sabida, que resta hoje no Estado, é a do Instituto.

Cascudo diz: “O volume, vendido pelo alto preço de dois mil réis, foi desaparecendo das estantes e terminou sendo obra rara, tão rara, tão difícil e tão oculta que dela existe apenas um único exemplar, oferecido por Augusto Bezerra Cavalcanti ao Instituto Histórico e Geográfico”.

Antonio Soares explica que Augusto Bezerra obteve o volume do espólio do falecido tio, o padre João Alípio Cunha. No exemplar, foi encontrada uma carta do autor do livro ao padre. Na carta, Ferreira Nobre informava que havia custeado a impressão e que oferecia aos amigos a aquisição de um exemplar para recuperar o investimento.

“Breve notícia” passa por todas as cidades e vilas existentes à época, cada uma, um capítulo, na província do Rio Grande do Norte, apresentado, entre outros da-

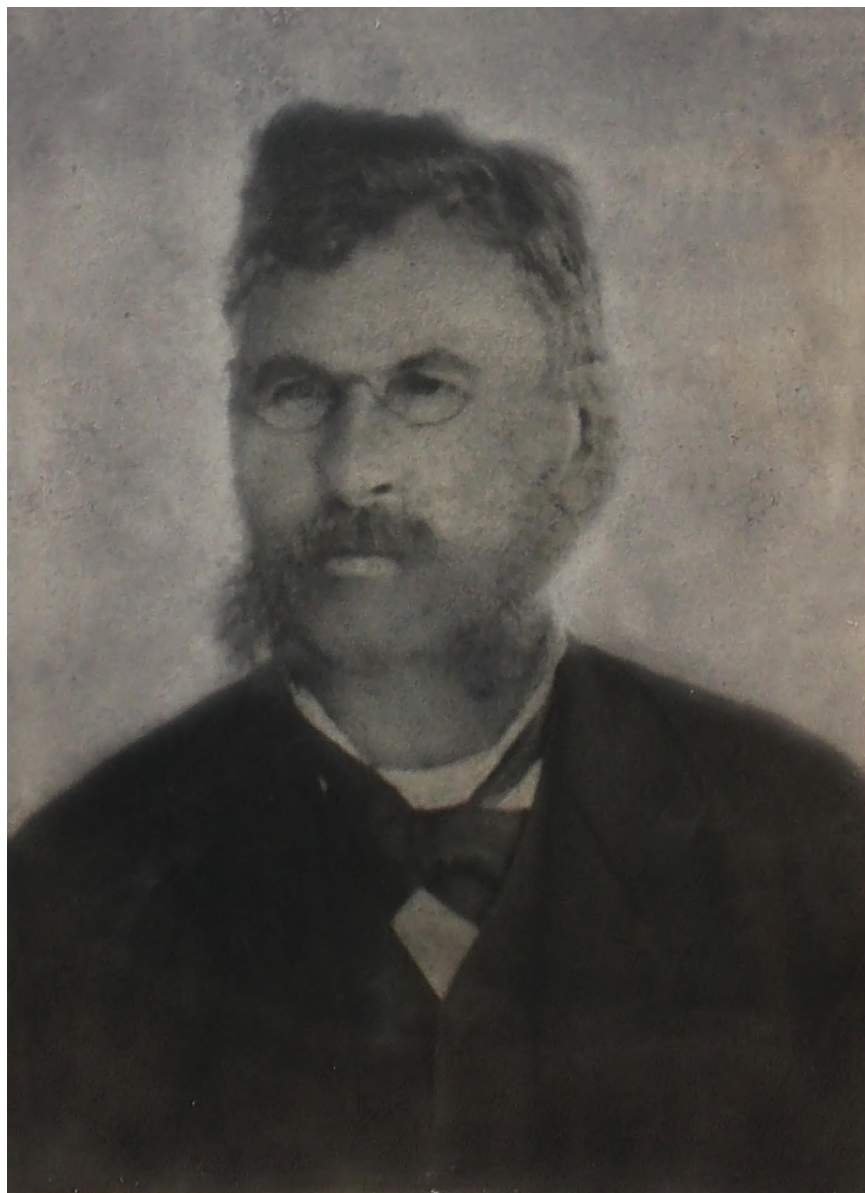
dos, localização e dimensões do território, agricultura, comércio e indústria, receitas e despesas, edificações, dados populacionais, colégio eleitoral, instrução pública e privada, instituições, imprensa, costumes, cultura intelectual, festividades e curiosidades.

Ferreira Nobre explica que, para o livro, apenas reuniu tradições e pequenas reminiscências, agradáveis ao espírito de quem se alimenta em pesquisar as coisas do seu torrão. Ao que Manoel Rodrigues, no prefácio, corrobora: simples, modesto, baseado, em parte, na tradição, mas contendo muita informação preciosa.

Manoel Ferreira Nobre

Na galeria do museu do Instituto consta um retrato raro e parece que único de Manoel Ferreira Nobre (1824–1897), o autor de “Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte”, publicado em 1877. Consta que foi uma doação de Câmara Cascudo, benfeitor que trouxe para a instituição, entre outros, o sabido meio berro do brigadeiro Dendê do Arcoverde.

Não se sabe se Ferreira Nobre nasceu em Natal ou em Ceará-Mirim, mas é



certo que foi batizado na capital na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação em 1824. Câmara Cascudo e Antonio Soares saíram em busca de levantar a sua vida e foram eles que estabeleceram os pormenores que ora tratamos.

Era robusto, simpático, voz agradável, cabelo ondulado e castanho fino, olhos claros onde punha os óculos que usava e na cara ainda deixava uma barba suíça. Foi de um tudo. Soldado da Pátria, oficial-maior da Secretaria da Assembleia Legislativa, ajudante de ordens da Presidência, deputado provincial, bibliotecário.

Em 1861, tomou parte da comitiva do presidente da província Leão Veloso e bateu o sertão a cavalo, tendo saído e voltado da capital de barco pelo litoral. As reportagens de Francisco Othílio Álvares da Silva que saíram no jornal O Recreio dão conta da aventura.

“Aposentado da Província, chefe de numerosa família, percebendo, da aposentadoria, exígua pensão dos cofres públicos, velho e pobre, viu-se forçado, fugindo de maior miséria, a dedicar-se à advocacia” — escreve Antonio Soares, que o tinha por patrono, no discurso de posse,

na Academia Norte-rio-grandense de Letras, 1949.

“Saindo de Natal, terra berço, Ferreira Nobre — completa Antonio Soares em seu discurso, ouçamo-lo falar — passou a morar na antiga Vila de Papari. Dali se transportara a outros distritos, toda vez que o chamavam a patrocinar pleitos judiciais ou a defender réus pobres, perante o Tribunal do Júri. Por fim, na última dessas vezes, quando se preparava para atender a um dos serviços forenses, morreu repentinamente, não se sabendo em que data e nem, ao certo, em qual dos distritos fora sepultado!”. Mas Cascudo descobriu e se acabou o mistério: Papari, 15 de agosto de 1897.

As dragonas e o pente do barão e baronesa de Ceará-Mirim

Manoel Varella do Nascimento (1803–1881) e Bernarda Dantas da Silveira (1821–1890) nasceram, viveram e morreram em Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte, onde exerceram o seu baronato.

Manuel foi barão e Bernarda, baronesa por tabela, por graça de D. Pedro II, em

1874, e ao custo de 103\$, pagos pelo título, 100\$ à Alfândega e 3\$ à Secretaria da Presidência Provincial, e o compromisso de construir uma escola cujas obras terminaram em 1878.

No título concedido pelo imperador, ficou a escola em Ceará-Mirim como a razão da concessão: “pelos relevantes serviços prestados à instrução pública da província”. Hoje, é escola estadual com o nome do seu benfeitor.

Manoel Varella começou como pequeno plantador. Foi o primeiro, segundo Cascudo, a utilizar em Ceará-Mirim o cilindro horizontal, que trouxe do Recife, e a plantar a cana caiana.

Sua fortuna aparece no inventário calculada em 717:748\$370 (setecentos e dezesseis contos, setecentos e quarenta e oito mil, trezentos e setenta réis), isso tudo não só em dinheiro, mas na forma de terras, fazendas, cavalos, gado, benfeitorias, escravos, etc.

O barão era leitor dos jornais e andava, conta Nilo Pereira, em seu cavalo bem ajazeado, estribos de prata, para cima e para baixo pelo canavial. Também ia à

cidade e costumava visitar amigos e correligionários. Quando ele vinha, diziam: — “Lá vem o barão”! E todo mundo tirava o chapéu à sua passagem.

Há dois retratos a óleo pintados por João Bindseil em 1866: um retrata o barão e, o outro, a baronesa. O barão apresentava-o no fardão completo. Fardão que ele ostentava em solenidades, festas da matriz e cerimônias militares. Lá está ele, do jeito que Cascudo o descreveu: alto, seco, narigudo. Não difere da descrição de Nilo Pereira: magro, feio, longilíneo, nariz adunco.

O barão era do partido Conservador e chegou a ser deputado provincial entre 1868 e 1869; na carreira militar, foi de alferes, em 1828, a tenente-coronel da Guarda Nacional, em 1862, daí a origem do fardamento.

Morto o barão, ficou a farda guardada, conta Pereira, numa velha mala, até que foi doada ao Instituto. Afirmo Pereira: “lá [no Instituto] estava ela, bem arrumada, como se fossem os ossos do barão”. Hoje, restam as dragonas que estão em exposição, assim como o pente (marrafa) da baronesa.

Uma imagem de Auta de Souza

O museu do Instituto apresenta aos seus visitantes um retrato da poeta Auta Henriqueta de Souza (1876–1901), que escrevia, lia e recitava, inclusive em francês, e morreu jovem. O retrato é uma doação de Clara Maria Soares de Araújo, no ano de 1966. Auta de Souza chamou-se Auta, porque nasceu no dia de Santa Auta, 12 de setembro.

A importância de Auta de Souza para a poesia do Rio Grande do Norte e do Brasil permanece. Consagrada em antologias e mencionada na história da literatura como nome notável. O historiador Câmara Cascudo dedicou-se ao trabalho de a biografar, publicando um ensaio biográfico com o título de “Vida breve de Auta de Souza” (1961).

Em um caderno, a jovem poeta reuniu o que seria um primeiro livro, com tudo o que escreveu entre 1893 e 1897. Ao acrescentar o que mais veio até 1889, virou livro, publicado no ano de sua morte, 1902, com ela ainda viva, e com prefácio de Bilac, a pedido de Henrique Castriciano, também poeta, e seu irmão. O primeiro exemplar,

mandaram entregar em suas mãos, para sua alegria. E o portador foi a cavalo.

É preciso também registrar que seus irmãos, tanto Henrique, quanto Eloy, se destacaram na cena intelectual local como jornalistas e escritores, também notáveis, com trabalhos autorais e participação na cena intelectual. Ambos integraram os quadros do nosso Instituto.

Henrique Castriciano de Souza (1874–1947), cursou Direito em Recife e foi o mais jovem colaborador do jornal A República. Em 1892, publicou o primeiro livro, e já estava tuberculoso. Lia bastante e sobre tudo. Começou romances, escreveu também prosa e deixou muita coisa a publicar. Eloy Castriciano de Souza (1873–1959), por sua vez, foi um jornalista, deputado estadual e federal, e senador.

Auta estudou no Colégio São Vicente de Paula, em Recife, dirigido pela irmã Savignol. Melhor aluna, aprendeu francês. Perdeu tudo na vida muito menina: o pai, a mãe, o avô, e o irmão pequeno, que morreu queimado num acidente com lampião. Uma tragédia.

Foi educada, criada e amada pela avó. Escreveu para as revistas da capital e as



locais. Então saiu coisa sua no Oásis, em A Tribuna, na Revista do Rio Grande do Norte, e, também, no jornal de Pedro Velho, A República.

Ficou tuberculosa aos 14 anos. Mas nem por isso deixou de escrever, recitar, dançar e viver. Era vista em Macaíba no afamado Clube do Biscoito, em reuniões dançantes que iam até o galo cantar, com bolo, vinho do Porto, cerveja esfriada na areia molhada, piano e recital. Auta de Souza morreu na madrugada de 7 de fevereiro de 1901, e não tinha 25 anos completos.

Pedro Velho e a escritivaninha

No acervo do Instituto, uma peça de mobiliário repousa incólume. É uma escritivaninha larga, em madeira escura, sem tinteiro ou canetas, sequer papéis, cartas ou documentos. Estes repousam no arquivo da instituição que pertenceu a Pedro Velho.

Pedro Velho (1856–1907), abolicionista, pai da República no Rio Grande do Norte, é o fundador do partido republicano e nele reinou até a morte em 1907. Médico

formado no Rio de Janeiro, governador do Estado, líder político, senhor do seu tempo.

Portador de uma vasta cabeleira, bigode e óculos de aro, como está no seu retrato, Pedro Velho era Albuquerque Maranhão, e registro de um homem de ação e um articulador político. No Rio de Janeiro, se formou em medicina e, médico, voltou ao Rio Grande do Norte, em 1881, para promover a campanha abolicionista e pregar a República. Casou com uma tia. E, assim, conclui Cascudo: “O avô virou sogro, e a mãe, cunhada”.

Pedro Velho voltou e começou a clinicar em Natal, depois de ter passado um tempo em São José de Mipibu, onde dirigiu uma farmácia. Mas a medicina, parece, não era a sua vocação. Tudo se passou muito rápido, e, já em 1882, Pedro Velho resolve então criar um educandário para instrução primária e secundária, o Ginásio Norte-rio-grandense. O educandário teve vida breve e, em 1885, foi aprovado para a cadeira de história do Atheneu.

Partidário do abolicionismo, foi o entusiasta da causa na capital e propôs a Liber-



tadora Norte-rio-grandense. Em janeiro de 1888, começou uma campanha por ele liderada. Pedro Velho indicou as diretorias e comissões para auxiliar os municípios ainda não libertos e fez um boletim para registrar todo o movimento, e ele mesmo foi, Rio Grande do Norte de cima a baixo, pregar a causa.

Pedro Velho fez a República no Rio Grande do Norte e, em 1893, era governador do Estado e o hospital ficou sem médico. O responsável, simplesmente, pediu exoneração e foi embora. Coube a ele assumir a função. E de forma gratuita. E lá ia todas as manhãs fazer a clínica, dias e mais dias, até que apareceu um médico para pôr no lugar. Outros tempos, outras civilidades. Seu birô, onde escreveu discursos e assinou documentos, está no Instituto para quem quiser ver.

Um retrato de dona Isabel Gondim

No museu do Instituto, podemos apreciar um retrato muito bem-posto, em poses senhoriais, dignos de sua época, da ilustre professora, escritora e poeta Isabel Urbana de Albuquerque Gondim (1839–

1933), primeira mulher a ser admitida na condição de sócia efetiva do Instituto, em 29 de março de 1928.

Dona Isabel foi defensora do ensino público para as mulheres, dedicou a vida ao magistério e à escrita. Escreveu para revistas e publicou livros. Dentre eles, “Reflexões às minhas alunas” (1874), que chegou a segunda e terceira edições (1879; 1910), adotado, inclusive, pelos Conselhos de Instrução Pública.

Quando os voluntários da Guerra do Paraguai retornaram, foi ela quem fez a saudação, numa manhã de agosto de 1870. Dizem que foi em versos. Gostava de poesia e história. E até uniu os dois numa peça de teatro, “Sacrifício do amor”, drama de 1905. O volume está hoje na coleção de obras raras do Instituto.

Dona Isabel já era correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, desde 1883. É também autora de um trabalho importante que narra, em pormenores, a deposição do líder revolucionário André de Albuquerque, o drama do ferimento e sua morte, que se chama “Sedição de 1817 na



Capitania, ora Estado do Rio Grande do Norte” (1908).

Faleceu em idade avançada, e ninguém sabia quando tinha nascido. Omitia. Séria, composta, circunspecta, de pouca intimidade. Mais que isso, o historiador Câmara Cascudo em uma de suas Actas Diurnas, dela disse: é a mais antiga escritora da cidade. Dizem que servia chá com torradas, já velhinha, nas tertúlias que promovia em sua casa para sacudir o marasmo da vida na capital.

Cascudo registra:

“Nas notas manuscritas que ela enviou para o Instituto Arqueológico, iniciou a biografia desta forma: Dona Izabel Gondim nasceu em Papari a 5 de julho de 18...

Januncio da Nobrega, então estudante, n’uma saudação à Dona Izabel, em data aniversalícia, perorou:

— Hoje, dia de alegria! Hoje que completos...

E, voltando-se para a homenageada:

— Quantos, Dona Izabel?

Dona Izabel, imperturbável:

— Siga seu brinde, Doutor Januncio, siga seu brinde...

O Instituto Histórico informa que nascera a historiadora no sítio ‘Ribeiro’, Papari, a 5 de julho de 1839”.

O pintor Moura Rabello e sua galeria de retratos

“Parece que Moura Rabello foi o mais profícuo dos pintores da época”, escreveu Dorian Gray Caldas em “Artes Plásticas do Rio Grande do Norte”, ainda dizendo: “tendo executado no Palácio do Governo, a pedido do então governador Antônio de Souza — 1922 — uma extensa galeria de vultos históricos, hoje podendo ser vista no Salão de Leitura do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte”.

Cabe anotar os nomes das figuras traçadas por Moura Rabello: Zacarias de Góis e Vasconcelos; José Bonifácio de Andrada e Silva; João Alfredo Correia de Oliveira; Bernardo Pereira de Vasconcelos; Honório Hermeto Carneiro Leão; Padre Diogo Antonio Feijó; Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo; José Clemente Pereira; Quintino de Souza Bocaiuva.

E mais: João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe; Francisco Manoel Barroso da Silva, Barão do Amazonas; Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí; Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá; Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto; Manoel Luís Osório, Marquês do Herval; Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré; Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda; e D. Pedro II, Imperador do Brasil.

É também de autoria de Moura Rabello, no acervo do Instituto, os retratos do desembargador Vicente de Lemos e sua esposa Maria Olindina Bulcão de Lemos, datados respectivamente, 1917 e 1916, uma doação de Ivoncísio de Medeiros em 2006; e dos retratos de Luís Carlos Lins Wanderley, primeiro potiguar formado em medicina, em 1857, e primeiro romanista de Natal, datado de 1931; e do Padre Francisco de Brito Guerra, datado de 1966.

Retrato do Padre Francisco de Brito Guerra (1777-1845)

Começou a instruir-se com o padre Luís Pimenta Santana, no Assú, e, em se-

guida, passou a ter lições no sertão de Pernambuco, com o conhecido “doutor” Manoel Antônio. Ensinou latim em Baturoité/CE até que ingressou no Seminário de Olinda/PE, em 1800, ano da fundação. Ordenado, ficou no Recife como professor de Latim. Já em 1802, é pároco em Caicó, e em 1810, vigário com escola de latim na sede de sua paróquia. Em 1830, é suplente de deputado, e em 1831, deputado, com a morte do titular.

Em 1832, fez parte da sociedade anônima que fundou o primeiro jornal do Rio Grande do Norte, O Natalense, impresso até 1837. Em 1833, como deputado, teve papel importante na questão de limites com a Paraíba, envolvendo a região do Seridó. No fim, vitória do Rio Grande do Norte. Em 1836, foi eleito senador, cargo vitalício, e em 1837, já tinha tomado posse, tornando-se o senador Guerra.

Manoel Dantas conta a saborosa anedota do charuto servido pelo senador a dois compadres no seu sobrado em Caicó, que achando que era coisa de comer, picaram e comeram com farinha. Está sepultado na Catedral de Sant’Ana em Caicó/RN.





Dr. Luiz Carlos Lins Wanderley.
Nascido no Arruá em 30 de Agosto de 1831. Primeiro riograndense do norte
titulado em Medicina.
Homenagem da colônia assunsa em Natal no dia do primeiro centenário do seu nasci-
mento. 30-8-1931.

Retrato de Luís Carlos Lins Wanderley (1831- 1890)

Primeiro potiguar formado em medicina (1857) e o primeiro romancista de Natal. Escreveu também peças de teatro celebradas e artigos para jornal. Foi deputado provincial, professor e governador da província. Médico do Hospital de Caridade, inspetor de Saúde Pública e diretor da Instrução Pública. Ainda estudante de medicina, recebeu comendas imperiais pelos relevantes serviços públicos: Cavaleiro da Ordem da Rosa e Comendador da Ordem do Cruzeiro. Sobre ele, disse Câmara Cascudo: “bom médico, amigo dos pobres, inteligente, lido, falando bem, anulou-o o ambiente doce da cidade pequenina”. Entre outros trabalhos seus estão: “Visita episcopal do Exm. e Revm. Sr. D. José Pereira da Silva Barros a algumas paróquias do Rio Grande do Norte”, de 1882; “Eu e a Assembleia provincial do Rio Grande do Norte”, de 1882.

As Revistas IHGRN

Tudo começou em 1903, quando saiu a primeira edição. Criado o Instituto no ano

anterior, 1902, era preciso, como de praxe às instituições do gênero, ter uma revista para veicular estudos e artigos e também fazer publicar documentos históricos e o expediente da Casa: estatuto, atas, relatórios, discursos, necrologia. Não foi outra a tônica com a qual a Revista IHGRN nasceu e, já ultrapassa a centésima edição.

Na sua história, que ainda precisa ser escrita, aparecem os nomes que compuseram a Comissão, os responsáveis e os editores, no trabalho infindo de coligir o material a ser publicado e torná-lo editável para ser impresso e chegar ao público leitor.

Já foi vendida e distribuída por assinatura, já foi gratuita, muitas vezes patrocinada, e já ganhou reedição especial numerada. Já fez publicar fotografias, deixou, voltou. Esqueceu dos documentos e dos estudos, passou uma temporada reunindo artigos curtos e, como tudo no tempo, foi indo muito ao sabor de cada tempo em uma periodicidade indefinida. Hoje, procura ser uma revista, das poucas que ainda se publicam no Rio Grande do Norte.

No seu histórico, duas edições vieram muito a calhar para facilitar o trabalho

Vol. I Vol.
N. 2 N.
1903 190

Revista do I. H. G. - R. G. N.

Revista do I. H. G. - R. G. N.

Vol. V
N. 2
Julho
1907

Revista do Instituto Historico e Geographico do RGN

Volume
IX
N. 1 e 2

Revista do Instituto Histórico e Geografico do RGN

1911

Volume
IX
N. 1 e 2

Revista do Instituto Histórico e Geografico do RGN

1911

Volume
IX
N. 1 e 2

Revista do IHGRN

1911

REVISTA
DO
INSTITUTO
HISTORICO

9-10
ANNOS

Volume
X
N. 1 e 2

Revista do IHGRN

1912

dos pesquisadores. São os índices gerais. O primeiro, publicado em 1970, organização de Hélio Dantas, alfabético e remissivo compreende do volume I ao LV, perfazendo as revistas publicadas entre 1903 e 1963; o segundo, publicado em 1994, tem organização por Fernando Hippólyto da Costa, e vai na sequência, dos volumes LVI ao LXXXV, 1964–1993. E já precisamos de um novo que contemple as revistas que vieram depois.

A melhor notícia é que permanece inegável e necessária fonte de pesquisa quando o assunto é Rio Grande do Norte. Embora suas edições passadas estejam esgotadíssimas, é possível acessar em formato digital, pois quase todas as suas edições foram digitalizadas em uma parceria entre o Instituto e o Labim/UFRN e disponibilizadas no site do Instituto. Acessível de forma gratuita para quem quiser, folhear, ler e consultar.

Sinhá Galvão e o primeiro telefone da cidade

Maria de Miranda Galvão, a Sinhá Galvão, nasceu a 6 de outubro, provavelmente, de

1866. Natural do Ceará, foi casada com o negociante e ex-deputado João Chrisotomo Galvão, dono da João Galvão & Cia, empresa do ramo de tecidos, que funcionava na R. Chile, na Ribeira. Com a morte do marido em 1920, Sinhá Galvão assumiu o comando da empresa, juntamente com o filho do casal, João Galvão Filho.

Empresária e investidora de títulos da dívida pública do Município do Natal, Sinhá Galvão era conhecida pelas generosas doações à Igreja Católica. O seu nome e o de Amélia Machado (1881–1981), a Viúva Machado, figuravam entre as doações mais vultosas para as festas de padroeiros das igrejas da cidade, especialmente a festa de Santa Teresinha.

Pertenceu a Sinhá Galvão um dos primeiros telefones da cidade do Natal, que foram instalados, após a conclusão da rede apropriada, no ano de 1911, governo de Alberto Maranhão. João Maurício de Miranda, recorda frequentar a casa da tia-avó e o telefone ainda funcionava: “girava a manivela e falava com a telefonista. Aí pedia a ligação”, explica.

O telefone nasceu no rumo do progresso, veio com a luz elétrica e o bonde elétrico,





tudo no entusiasmo do governo Alberto Maranhão, o mecenas. Se começou empreendimento privado, não demorou para passar ao controle da estatal que inventou a Repartição dos Serviços Urbanos de Natal, instalada em um sobrado na Rua Tavares de Lyra, Ribeira.

A cidade começou com 100 números de telefone entre privados, comerciais e governamentais nas três esferas (federal, estadual e municipal) e atendia aos bairros da Ribeira, Cidade Alta, Petrópolis, Tirol e Alecrim. O aparelho que pertenceu a Sinhá Galvão, está, hoje, na sede do Instituto. É um telefone de parede, em madeira, metal e cobre, movido à manivela, cujo design se assemelha a um dos modelos disponíveis, em 1895, pela marca sueca LM Ericsson & Co Estocolmo, que fabricava e vendia aparelhos telefônicos.

Trata-se, portanto, de um dos primeiros aparelhos que chegaram ao Brasil, por volta de 1884. Provavelmente, fabricado entre 1880 e 1882. A monitora e pesquisadora Roseli Apda Cipriani, do Museu do Telefone, em Bragança Paulista, São Paulo, afirma: o telefone do Instituto é uma verdadeira relíquia.

O historiador Tobias Monteiro e as estantes do Instituto

Quem entra na sede do Instituto se depara, de imediato, com duas estantes altas de madeira repletas de livros a receber os visitantes. Nelas está gravado: Tobias Monteiro.

Aquelas estantes são uma homenagem ao benemérito. Nestor dos Santos Lima informa: “Assim, devemos declarar que Tobias Monteiro foi um benfeitor assíduo do nosso sodalício, doando-lhes volumosa messe de obras de sua autoria e de outros grandes autores nacionais e estrangeiros; fez construir várias seções de estantes de fina matéria prima, para abrigar as nossas coleções; mais de uma vez, remeteu quantias, em espécie para as nossas necessidades e deixou, afinal, no seu testamento, um legado em dinheiro de Cr\$ 20.000,00, ainda não realizado, por causa da lentidão do inventário, no Rio”.

Tobias Flaviano do Rego Monteiro (1866–1952) foi jornalista, entrou para a política, e uniu tudo isso no seu produtivo trabalho como historiador. Abolicionista em Natal, mudou para o Rio de Janeiro onde estu-

daria medicina, curso que não concluiu tragado pelo jornalismo e pela política.

Colaborou em quase todos os jornais cariocas escrevendo sobre política.

Foi oficial de gabinete de Ruy Barbosa, então Ministro da Fazenda, experiência que lhe rendeu o livro “Funcionários e Doutores” (1916). Senador da República pelo Rio Grande do Norte e secretário particular do presidente Campos Sales, a quem acompanhou em viagem à Europa, e lhe rendeu o livro “O Sr. Campos Sales na Europa: notas de um jornalista” (1900).

Até que virou historiador. José Murilo de Carvalho registra: “Solteirão e rico, dispunha de tempo para as longas pesquisas em arquivos e na Biblioteca Nacional, onde Josué Montello o conheceu, miúdo, falando baixo, pisando macio, tomando notas nos fundos da sala, em mesa que dá para a Rua México”.

Foi a decepção na atividade política que o levou aos estudos históricos, onde se destacou com trabalhos publicados acerca do Brasil monárquico e imperial, amalhando documentos importantes que deixou, em testamento à Biblio-

Tobias

2nd

Montana



teca Nacional, à época sob a direção de outro norte-rio-grandense, o historiador Rodolfo Garcia. Quais sejam: 2.400 documentos de diversa natureza, datados de 1792 a 1943, incluindo o arquivo pessoal do historiador.

Numismática na coleção do Instituto

Colaboração de Igor Oliveira

As moedas sempre fizeram parte da vida dos impérios desde a antiguidade clássica. Ao destacar os seus aspectos históricos, forjou-se no final do século XVIII e início do XIX, o termo “numismática” para nomear uma “ciência auxiliar da história” que busca estudar as inscrições cunhadas em moedas relacionando-as com a história. A expressão vem do latim numus, “moeda”, e significa estudo das moedas cunhadas.

No cenário potiguar, o Instituto possui uma singela coleção de moedas e medalhas em seu museu. A partir dos registros encontrados, percebe-se que a coleção de moedas começou a partir do ano de 1920, por doações como as de Nestor dos Santos Lima (1887–1959).

Lima ofereceu ao Instituto um conjunto de moedas argentinas e uruguaias e medalhas comemorativas do centenário da revolução republicana, da Independência do Brasil e do Congresso Internacional de Americanistas de 1922.

O principal foco do acervo são as moedas brasileiras dos períodos Imperial e Republicano. Entre elas, destacam-se as moedas comemorativas do centenário da abolição (1888–1988) e da independência (1822–1922), além de outras com símbolos e figuras ligadas à cultura brasileira.

Essas peças numismáticas vão muito além de sua função original de representar valores monetários. Elas atuam como registros históricos materiais, guardando traços e símbolos de seu tempo, e oferecendo pistas sobre aspectos políticos, sociais e culturais de diferentes épocas da história do Brasil e de outras sociedades.

Por isso, moedas, medalhas e cédulas têm grande valor documental. Preservar esses itens é essencial para que instituições de memória garantam às futuras gerações o acesso a fontes que são verdadeiros patrimônios culturais.





INSTRUIR O POVO
E COMBATER AS
SECCAS É, A MEU
VER, A FORMULA MAIS
FELIZ PARA A DIVISÃO DE
TANTOS QUEIRAM, NA
ADMINISTRAÇÃO DO
ESTADO, CUMPRIR
DIGNAMENTE SEU
MANDATO.

ALBERTO MARANHÃO

O bilhete de Lampião a Rodolpho Fernandes

Colaboração de Honório de Medeiros

No dia 13 de junho de 1927, na metade da manhã, estando nos arredores de Mossoró preparando-se para invadi-la, Lampião mandou um primeiro ultimato exigindo dinheiro ao prefeito Rodolpho Fernandes (1875–1927), por intermédio de Luiz de Siqueira, o “Formiga”, em bilhete escrito pelo coronel Antônio Gurgel.

Rodolpho Fernandes respondeu a Antônio Gurgel pelo próprio punho, dizendo não ser possível satisfazer-lhe com a remessa da importância pedida e lhe informando que “estamos dispostos a recebê-los (aos cangaceiros) na altura em que eles desejarem”.

Desaparecido há anos, esse bilhete foi localizado recentemente e devolvido a Mossoró em evento solene. Houve um segundo ultimato, este escrito pelo próprio Lampião e encaminhado ao prefeito por “Formiga”, provável espião do bando em Mossoró, que também foi respondido por Rodolpho Fernandes praticamente nos mesmos termos do primeiro.

Esse segundo ultimato, provavelmente o mais importante documento da história do cangaço, foi doado ao Instituto Histórico do Rio Grande do Norte pela família de Rodolpho Fernandes, como assevera seu filho Raul Fernandes em livro, *A Marcha de Lampião* — um clássico da literatura acerca do assunto, com sucessivas edições.

“Capitão Virgolino Ferreira (Lampião). Cel. Rodolpho. Estando eu até aqui (ilegível). Já foi um aviso, ahi para o Senhoris, si por acauzo resolver, mi, a mandar será a importância que aqui nos pede, Eu evito de Entrada ahi porém não vindo esta importância eu entrarei, até ahi penço que adeus querer, eu entro; e vai haver muito estrago por si vir o dr. eu não entro, ahi mas nos resposte logo. Capm Lampião”.

O ramalhete em homenagem a Augusto Severo

Atirado sobre a estátua do aviador potiguar Augusto Severo, na praça de mesmo nome, Ribeira, em Natal, pelo dirigível Graff Zeppelin que sobrevoou a cidade em 28 de maio de 1930, o que restou do

Capitão Virgolino-Ferreira (Lampeão)

Ge. Rodolpho.

Estando eu até aqui
pretendo ir já foi um
a viso; ali por osinhoris.
se por acaso resolver ir.
a mandar, será a importância
qualquer nos pedi. Eu envito
di entrada ali parecer não
vinho esta importância eu
entrarei, até ali pouco qui adeus
querer. eu entro e não aver
muito estrago, por isto si vir
ou eu não entro, ali nos
nos responde logo.

Cap. Lampeão

ramalhete de flores está no museu do Instituto. Uma doação de Álvaro Rocha.

Paulo Pinheiro Viveiros, em História da aviação no Rio Grande do Norte, escreveu: “Eram 13 horas e 56 minutos do dia 28 de maio de 1930, quando de Natal se avistou a nave, voando muito longe. Ao alcançar a cidade, um Laté 25 acompanhou-a durante as manobras que aqui efetuou; rumando ao lado Norte da capital potiguar, o balão descreveu um círculo e permaneceu por doze minutos em evoluções; baixou sobre a estátua de Augusto Severo e deixou cair um ramalhete de flores naturais com a seguinte inscrição: ‘Homenagem da Alemanha ao Brasil, na pessoa do seu filho Augusto Severo’. O troféu caiu no jardim da residência da sra. Inez Barreto, hoje Colégio Salesiano, perto da estátua e foi apanhado pelo jovem Luciano Barreto, sobrinho segundo de Severo; sua genitora levou-o à estátua”.

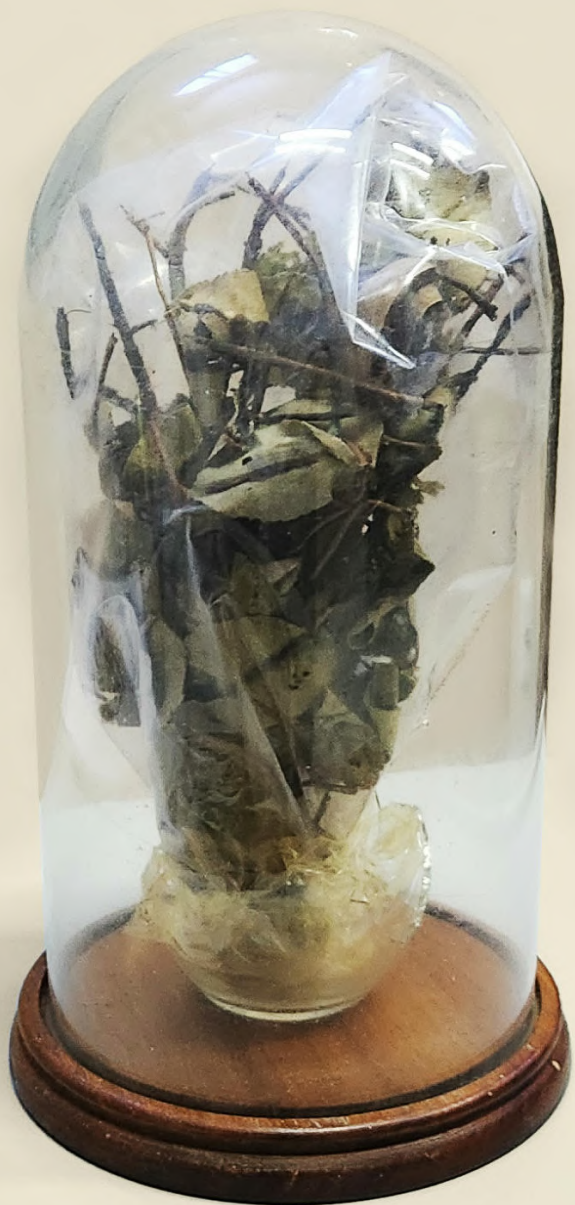
É sabido que o dirigível sobrevoou por duas vezes a Praça Augusto Severo. Uma em 1930; outra, em 1933. Na primeira passagem, jogou coroas de flores e, na segunda, o tal ramalhete de flores. Ambos em homenagem a Severo.

Augusto Severo nasceu em Macaíba, Rio Grande do Norte, em 1864 e era irmão de Pedro Velho, o pai da República no Estado. Escreveu para A República, jornal do qual foi gerente. Fazia as contas das despesas de papel e tinta e era responsável por pagar os empregados, que recebiam aos sábados.

Em 1890, aparece professor do Atheneu em Natal. Não passou dois anos, saiu deputado estadual. Não passou mais um ano, foi deputado federal no Rio de Janeiro. Nesse meio tempo, inventou o Potiguarânia, um balão dirigível, prenúncio do que seria a sua próxima invenção: o balão Pax.

Em 1902, já na Europa, Augusto Severo sobrevoou com o Pax os céus de Paris, mas um grave acidente vitimou-o, a ele e ao mecânico Sachet. Comoção geral.

O Instituto manifesta suas condolências à família, lamentando a trágica perda ocorrida durante o experimento aéreo nos céus de Paris. Reconhecemos em seu gesto a dedicação ao avanço da ciência e da engenharia, características que marcaram sua trajetória pública e intelectual.



A Coluna Capitolina

Chegou com 5,80 metros de altura (incluindo a base), em mármore esverdeado (cipollino), originalmente do Monte Capitolino de Roma, aproximadamente 2 mil anos de idade, e oferecida pelo governo italiano, em 1931, para celebrar a primeira travessia sobre o Atlântico pelos aviadores italianos Carlo Del Prete e Arturo Ferrarin, em 1928.

Arturo Ferrarin (1895–1941) havia participado da Primeira Guerra Mundial no Batalhão de Aviação. Depois da guerra, tornou-se um dos mais bem-sucedidos pilotos italianos aventureiros que participavam dos raids, viajando longas distâncias e quebrando recordes. Não seria diferente na epopeia para chegar ao Brasil.

Carlo Del Prete (1897–1928) começou a se interessar pela aviação e obteve o seu brevê em 1922. E mesmo tendo sofrido um grave acidente, não desistiu de voar, enfrentando também a travessia para o Brasil.

O aeroplano pesava 6.800 kg, tinha 27 tanques de combustível e estava equipado com rádio que transmitia código Morse,

mas não recebia. O motor era um Fiat A22T, 12 cilindros e 550 HP de potência, o que lhe permitia voar a uma média de 163 quilômetros por hora.

A viagem foi um sucesso. Em 5 de julho de 1928, os aviadores alcançaram a costa do Rio Grande do Norte no avião Savoia-Marchetti S-64, proveniente de Roma, após um voo de mais de 49 horas, sem escalas, perfazendo uma distância de mais de sete mil quilômetros, e o governo italiano agradecia a acolhida do governador Juvenal Lamartine aos aviadores, presenteando a cidade com a Coluna.

Trazida a bordo do navio Lanzarotto Malocello, a Coluna foi inaugurada em 8 de janeiro de 1931, na esplanada do cais do Porto, entre a Ribeira e as Rocas. Após missa campal celebrada pelo bispo Dom Marcolino Dantas, houve a inauguração com bênção e discursos do general italiano Italo Balbo e do prefeito de Natal, Pedro Dias Guimarães.

No ano de 1955, a peça foi removida de seu local original em decorrência das obras de prolongamento da Avenida Duque de Caxias. Após a remoção, perma-



neceu guardada por três anos no depósito do Palácio Potengi, até que, em 1958, foi novamente instalada, dessa vez na praça João Tibúrcio. Anos mais tarde, em 1969, foi transferida para a praça Carlos Gomes, situada no bairro do Baldo, onde permaneceu por um período considerável. Por fim, chegou ao Instituto em 2003, e aqui definitivamente está, no largo Vicente de Lemos, para quem quiser ver.

Vestes e peças sacras no museu do Instituto

A igreja católica chegou ao Rio Grande do Norte nas caravelas. Os jesuítas Gaspar de Samperes e Francisco de Lemos foram os primeiros. Samperes desenhou a planta da Fortaleza dos Reis Magos e os dois auxiliaram na paz com os indígenas.

Missões e freguesias se espalharam, o tempo passou e a igreja local ficou subordinada à Prelazia de Pernambuco, à Diocese de Olinda, à Diocese da Paraíba, até, finalmente, em 1910, ser instalada a nossa Diocese. Arquidiocese apenas em 1952.

O primeiro bispo foi Dom Joaquim Antônio de Almeida (1868–1947). Dele, o Instituto conserva a batina (p. 61), sobrepeliz

e um chapéu prelatício. Outras peças pertencentes a figuras religiosas do Estado conferem raridade e importância ao acervo. Dentre elas, a estola (p. 63) do frei revolucionário de 1817, pe. Miguelinho (1768–1817), e algumas peças do pe. João Maria (1884–1905), o santo de Natal (p. 62).

As vestes apresentam a diversidade da indumentária religiosa, tons e formas, ensinando que religião, arte e design têm muito em comum e uma tradição milenar. Peças que se sobrepõem ou não, que atendem a um grau hierárquico e ao calendário canônico. Peças de uso pessoal, ou não, propriedade, muitas vezes, da própria paróquia, pois aquele que não tinha condições de arcar com as próprias vestes, a paróquia deveria oferecer.

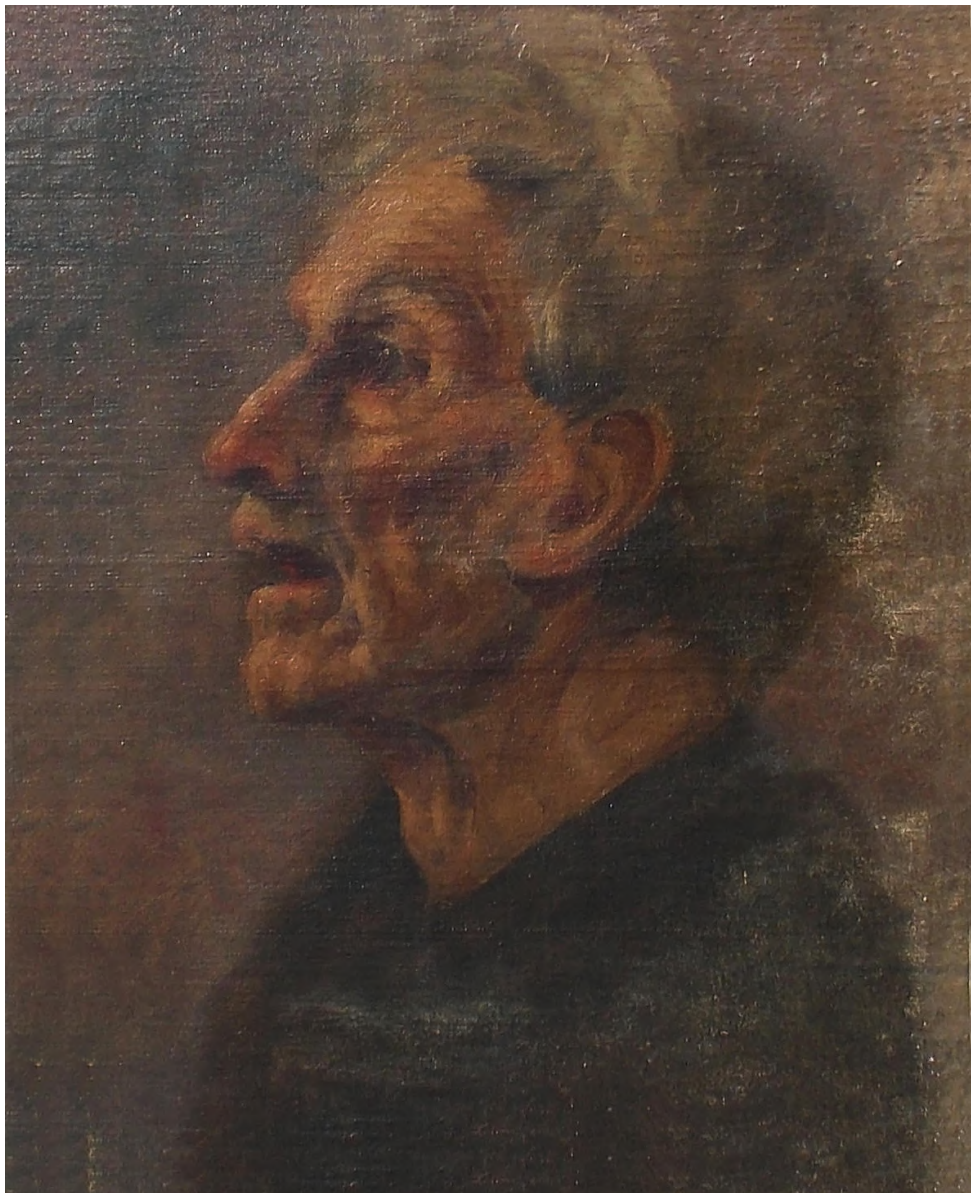
As cores também importam. O vermelho, o preto, o branco, o verde. E os bordados, o tecido, a costura, os botões. No quesito alfaias, a maleta do cônego Jorge O'Grady, reunindo uma série de objetos litúrgicos, é parte do acervo. Completa a coleção os retratos de frei Miguelinho (p. 65), padre Brito Guerra (p. 42) e cônego Estevam (p. 64); e os bustos dos padres João Maria (p. 66) e Luiz Monte (p. 67).















Clarinha Soares e suas doações ao Instituto

Clara Maria Soares de Araújo (1878–1975), ou Clarinha Soares, também chamada de Senhorinha, era filha do sócio fundador do Instituto, o coronel Pedro Soares de Araújo, irmã do desembargador Antônio Soares de Araújo, também sócio do instituto, e tia de Gil Soares, outro associado.

Pedro Soares de Araújo (1855–1927), seu pai, pertenceu à Guarda Nacional e foi deputado estadual por diversas legislaturas. Sócio fundador do Instituto, foi presidente da instituição (1916–1926). Na Revista IHGRN, há diversos trabalhos seus publicados.

Antonio Soares de Araújo (1879–1973), seu irmão, pai de Gil Soares de Araújo, foi promotor de justiça, juiz de direito, chefe de polícia, desembargador, poeta, historiador, jornalista e diretor do jornal A República. É autor de Notas de história (obra póstuma) e do primeiro volume do Dicionário histórico e geográfico do Rio Grande do Norte.

Gil Soares de Araújo (1907–2005), seu sobrinho, foi político, pesquisador e histo-

riador. Entregou o seu acervo pessoal ao historiador Ivoncísio Medeiros, seu primo, que o doou ao Instituto.

Já Clara Soares, Clarinha, foi responsável pela doação de diversas peças para o Instituto como o retrato da poetisa Auta Henrique de Souza (1876–1901), em exposição no museu, doado, conforme as atas, no ano de 1966.

Clarinha nasceu no Assu, pelo que presume, em 1878, já que foi batizada neste mesmo ano. Em celebração ao seu nascimento, sua avó, também chamada Clara Soares, libertou a escrava Quitéria.

Foi noviça, como consta nos jornais em 1939. Morava na Rua da Conceição, em Natal, na casa ao lado da sede administrativa do Instituto. Gostava de sentar-se na cadeira de balanço de sua sala para contemplar suas imagens de santos católicos e os retratos de parentes.

Uma entrevista com Clarinha Soares ao Diário de Natal, em 1971, sobre o roubo da coroa de Nossa Senhora da Apresentação, foi sugestão do então bispo D. Nivaldo Monte. Afinal, Clarinha havia sido zeladora da igreja matriz de Natal consa-

grada a Nossa Senhora da Apresentação, até então catedral, por 52 anos.

Foi ela quem doou o forro da estola que pertenceu ao Padre João Maria (1848–1905), vigário de Natal incorporado ao acervo do Instituto em 25 de setembro de 1968.

Inventário da coleção religiosa no acervo do Instituto

Pe. João Maria casula; forro da casula; estola; roquete; busto; Padre João Maria Cavalcanti de Brito (1884–1905), “o Santo de Natal”. Ajudou aos pobres, crianças, inválidos e doentes. Em processo de beatificação.

Fr. Miguelinho estola; retrato. Miguel Joaquim de Almeida e Castro (1768–1817), Frei Miguel de São Bonifácio. Um dos principais líderes da Revolução de 1817. Preso, interrogado e sentenciado à morte.

Pe. Monte busto. Padre Luiz Gonzaga do Monte (1905–1944). Latinista, poliglota, orador e escritor. Seu processo de beatificação está em trâmite canônico.

D. Joaquim batina; sobrepeliz; chapéu prelatício. Dom Joaquim Antônio de Al-

meida (1868–1947). Primeiro bispo, instalou o Seminário Diocesano, ordenou padres, restaurou e criou paróquias. Exerceu o seu múnus até 1915, quando renunciou.

Côn. Jorge O’Grady solidel; sobrepeliz; alfaia; Cônego Jorge O’Grady de Paiva (1909–2001). Educador, escritor e cientista. Dirigiu o Colégio Diocesano Santa Luzia, Mossoró. Autor do Dicionário de Astronomia e Astronáutica (1969).

Pe. Brito Guerra, retrato. Padre Francisco de Brito Guerra (1777–1845). Bacharel em Direito, vigário da Freguesia do Seridó, deputado e senador vitalício. Fundou o primeiro jornal do Estado.

Glossário das vestes

A batina Veste oficial do eclesiástico. A do padre, sempre preta. Bispos usam preta com filetes vermelhos e faixa violácea. Já os cardeais, preta com filetes e faixa em vermelho. O Papa usa inteiramente branca. O colarinho, branco. O preto representa a morte para o mundo; o branco, a pureza. As cores dos botões acompanham a da veste. São 33 botões que representam a idade de Cristo. As batinas de monsenhores e cônegos apre-

sentam botões nas mangas, no total de cinco, representando as chagas de Cristo. Acompanha a batina, na cintura, uma faixa. A cor da faixa corresponde ao grau na hierarquia católica.

A casula Abreviação de casa, é o que cobre o corpo na missa. A Santa Sé permite que, no Brasil, em virtude do clima tropical, em razão do calor, o padre celebre a missa apenas com a estola. A casula é um paramento utilizado sob a batina apenas durante a missa. Nunca em casamentos, batizados ou sepultamentos. Pode ser confeccionada em tecido simples e até em tecidos nobres, como os brocados. Possui foro para proteger, proporcionando também uma armação para melhor caimento. Os desenhos são motivos litúrgicos. O M impresso certamente é o M de Maria.

O amito Outras peças chegam em auxílio. É o caso do amito que serve para que o suor não danifique a casula. Espécie de lenço grande, branco, que se dispõe em torno do pescoço, formando duas tiras que chegam até à cintura.

Sobrepeliz Veste utilizada para batismo, confissão e matrimônio. Utiliza-se

sobre a batina. Espécie de alva encurtada e mangas largas, sempre de cor branca e normalmente de linho. Desce até o meio do corpo e algumas peças apresentam rendas e bordados em número reduzido. É acompanhada por um laço.

Roquete Peça de uso dos bispos que pode ser concedida a alguns cônegos. Na cor branca, geralmente em linho. As mangas são estreitas, rendadas e forradas no punho ou na barra. Chega aos joelhos.

A estola A estola é o símbolo do poder do padre. É a veste mais importante. Até o século XX era inconcebível a celebração de uma missa sem estola. Peça decorativa, utilizada sob o pescoço, abaixo da casula, bordada e com franjas para o embelezamento. Os símbolos decorativos são a uva, o ramo do trigo e o peixe. A uva simboliza o vinho, sangue de Cristo; o trigo, simboliza o pão, o corpo de Cristo; e o peixe, o código secreto cristão, utilizado há mais de dois mil anos para confirmar se estavam mesmo diante de um cristão. ἰχθύς, palavra que, em grego antigo significava peixe.

Barrete Pequeno chapéu de forma quadrada, rígido, usado durante as cele-

brações. São três palas na parte superior e uma borla ao meio. A parte sem a pala fica para o lado esquerdo. Os sacerdotes usam-no preto; os monsenhores, preto com a borla violeta; bispos e arcebispos todo violeta; já os cardeais usam todo vermelho e sem a borla.

Chapéu prelatício chapéu para uso diário. Sempre preto, e sem ornamentos para os padres. Já os envergados pelos bispos podem apresentar acabamento ou ornamentos sutis.

O Livro das Velhas Figuras

Luís da Câmara Cascudo (1898–1986) foi professor, historiador, etnógrafo, pesquisador, jornalista. Múltiplo e polivalente. Sócio do Instituto, diretor de Biblioteca, Arquivo e Museu, frequentador e benemérito da instituição, sendo o doador de diversas peças.

Cascudo escreveu e publicou inúmeros trabalhos, dentre eles, vestido de historiador do Rio Grande do Norte, se destacam a “História do Rio Grande do Norte” (1955) e as famosas “Actas Diurnas”.

Jornalismo em artigos quase crônicas, em crônicas quase perfis, as Actas foram um pouco do que o historiador Luís da Câmara Cascudo riscou nos jornais da cidade. O maior deste apanhado reuniu-se na coluna que andou pelos jornais com o título de Actas Diurna no jornal A República em 1939, depois Diário de Natal, desaparece, volta a A República e tem fim em 1960, aponta o historiador Itamar de Souza em “Câmara Cascudo: vida & Obra” (1999).

Cascudo mesmo explica numa Acta Diurna de 1939: “dei-lhe batismo latino porque a intenção cultural é honrar o passado, nas suas lutas, alegrias, tragédias e curiosidades”.

E foi neste exercício de jornalismo com fundo histórico e memorialístico que desfilou uma enfileirada de gente da cidade de todos os tempos, compondo pequenos retratos que revelam não só a ação dos seus perfilados, mas os pequenos detalhes que constroem a figura.

Parte deste material, no que se refere às figuras históricas do Rio Grande do Norte, o Instituto resolveu formar em coletâ-



neas, as coletâneas em volumes e saiu o projeto editorial de sucesso que correu por 10 edições: “O Livro das Velhas Figuras” (1974–2008).

Correr ao índice é encontrar títulos que se apresentam por si só como palavras-chave, facilitando à pesquisa futura: O Senador Guerra; Dona Izabel Gondim; Doutor Barata; O Galo da Torre de Santo Antônio e o seu doador; Américo Vespúcio no Açú; A Lagoa Manoel Felipe; O Barléu do nosso Instituto.

Outros temas históricos foram aparecendo, para além dos perfis biográfico, para satisfação dos pesquisadores e leitores e “O Livro das Velhas Figuras” se firmou nas palavras do jornalista Vicente Serejo, orelhas do volume 2, uma fusão de ritmos e construções de um Cascudo historiador das pequenas vidas e das pequenas coisas.

Ponto final

Chegamos ao fim do passeio. Contamos histórias muitas e tantas de algumas peças deste acervo cuja heterogeneidade é um trunfo que nos permite passear por diversos tempos, lugares e momentos

e conhecer acontecimentos, fatos e pessoas da nossa história.

Tudo isso a partir de uma seleção das peças, resultado de uma construção de mais de 100 anos, que é a idade do Instituto. O acervo se presta a isso e permanece como um motivo para ler a história a qualquer tempo pela lente que o tempo permite.

Sabemos que a história não é permanente, pois a história que se conta é aquela que se lê no presente. A nossa, aqui, nós sempre fazemos com o intuito da narrativa e do relato, numa toada de que é preciso contar.

Nada é definitivo. Nós nos aventuramos na pesquisa, navegamos pela história e esperamos que a leitura tenha sido tanto e quão agradável quanto foi para nós preparar tudo isto. O mais é convidar e sempre para uma visita ao Instituto.

Sobre a origem deste trabalho

Parte desta história, registramos em uma série de artigos publicados semanalmente, aos domingos, no jornal Tribuna do

Norte, entre os anos de 2021 e 2022 e, também, de uma agradável palestra em tom de conversa, a convite, que proferimos em 28 de setembro de 2022.

Foi na sala de aula do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na disciplina Direito e Patrimônio Cultural, ministrada pela professora Karol Marinho. Nesta ocasião, estive também conosco o professor Carlos Roberto de Miranda Gomes.

Ainda em 2022, voltamos a este assunto na 16ª Primavera dos Museus. Numa mesa-redonda, abordamos as peças do museu do Instituto e a formação do acervo. Como se vê, o patrimônio do Instituto sempre nos acompanhou como objeto de nosso interesse.

Somos gratos ao Instituto; à Joventina Simões, presidente, que endossou a série; ao jornal que nos acolheu; à professora Karol Marinho e a sua turma; à colaboração de Honório de Medeiros, Igor Oliveira e Pedro Simões; e à Maria Simões que gentilmente cedeu as imagens fotográficas de sua autoria que ilustram esta edição.

Esta é mais uma parceria nossa com a editora Biblioteca Ocidente, de Francisco Issac Dantas, com o perfeito design gráfico de Gabriel Araújo. Temos a satisfação de, em 2022, termos publicado “Governo do Rio Grande do Norte” também pela Editora. Este e aquele, ambos os livros, disponíveis gratuitamente para download, realizando a nossa proposta de propagar e difundir a cultura, a história e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Sobre os autores e colaboradores

Gustavo Sobral é jornalista e escritor, tudo que escreveu, escreve, publica e desenha está no seu site pessoal gustavosobral.com.br. Lá é possível encontrar e baixar de forma gratuita a maioria dos seus livros em arquivo digital.

André Felipe Pignataro é advogado, pesquisador e escritor. Sócio do Instituto, é autor de diversos trabalhos seminais publicados na Revista IHGRN, da qual é um dos editores. É também sócio da Academia Ceará-Mirinense de Letras e Artes (ACLA).

Francisco Honório de Medeiros Filho é escritor, professor de Filosofia do Direito e Direito Constitucional e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Pedro Simões é pesquisador, sócio efetivo e Diretor de Arquivo, Biblioteca e Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Igor Oliveira é bacharel em história e biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Foi estagiário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Olavo de Medeiros Filho (1934–2005) foi pesquisador e historiador, sócio efetivo do IHGRN e Diretor de Biblioteca, Arquivo e Museu do Instituto por diversos períodos. Publicou diversos livros e plaquetas e artigos na Revista IHGRN.

Sobre as imagens

As fotografias das peças do acervo foram realizadas por Maria Simões. A fotografia

de Sinhá Galvão não integra o arquivo do Instituto e pertence ao acervo de João Maurício de Miranda. A obra de autoria de Gillis Peeters, “Soi disant Forte dos Reis Magos”, também não pertence ao Instituto e, sim, ao Palácio Bandeirantes, edifício-sede do Governo do Estado de São Paulo.

Sobre a editora

A Editora Biblioteca Ocidente, sediada em Parnamirim-RN, é responsável pela publicação da Revista Galo, um periódico científico dedicado à divulgação de trabalhos acadêmicos nas áreas de História da Arte, História Social e História Cultural.

Além da revista, a Biblioteca Ocidente desenvolve um projeto editorial que visa à publicação de e-books e livros físicos, ampliando o acesso a produções acadêmicas brasileiras. Esse selo já lançou obras como “Três ensaios sobre a História de Natal: Colônia, Império e República”, de Francisco I. D. de Oliveira, e “Dicionário de Comunicação Organizacional”, organizado por Adriano Cruz. Os livros estão disponíveis para download no site da revista ou para compra em formato físico.



Editora Biblioteca Occidente
LIBRUM LUX MUNDI